



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Daiara Batista Mendes

**AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA
DE GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DA GERAÇÃO DE
RENDA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP**

Presidente Prudente/SP

Dezembro/2018



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA
DE GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DA GERAÇÃO DE
RENDA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP**

Monografia apresentada ao Conselho do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Campus de Presidente Prudente (SP), para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Daiara Batista Mendes

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente/SP

Dezembro/2018

DECLARAÇÃO

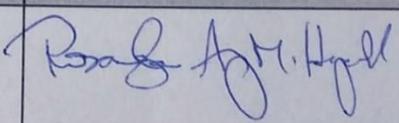
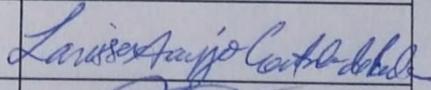
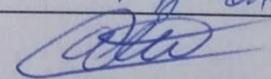
DAIARA BATISTA MENDES, RG. 49.945.271-9, cumpriu, sob minha orientação, 180 horas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.

Título de Monografia: **“AS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DE GERAÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP”**.

A Monografia foi apresentada, em defesa pública, no dia **10 de Dezembro de 2018**, às 10h00min, na sala de Reuniões do Departamento de Geografia.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), foi atribuída a nota 10,0 (Dez).

Presidente Prudente, 10 de Dezembro de 2018.

| BANCA AVALIADORA | ASSINATURAS |
|--|---|
| Profª Drª Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (Orientadora) |  |
| Profª Ms. Larissa Araújo Coutinho de Paula |  |
| Prof. Dr. Carlos de Castro Neves Neto |  |

“Até aqui nos ajudou o Senhor! ” (1 Samuel 7:12)

Em memória de José Gomes Mendes, meu avô, um importante praticante de agricultura urbana do município de Pirapozinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me presenteado com o dom da vida e por fazer dela um instrumento em Tuas mãos. Sou eternamente grata por ter me sustentado durante todo o curso, me dando forças para que eu não desistisse dos meus sonhos nos momentos mais difíceis. Agradeço também à Mãezinha Aparecida que caminhou comigo e me guiou por todos os passos dessa árdua trajetória.

Aos meus pais Idalina e José, os melhores pais que Deus poderia ter me presenteado, por confiarem tanto em mim, por darem tudo de si para oferecer o que há de melhor para nossa família e por sempre possibilitarem a realização dos meus sonhos.

Aos meus irmãos Lucas e Lara, a razão maior do meu existir, por quem eu luto a cada dia para que possamos passar um bom futuro juntos. *Minha vida pela deles, para sempre!*

Aos meus avós Edvirges, Antonio, Iracema e José (*in memoriam*), por terem sido tão presentes durante toda a minha formação tanto pessoal quanto profissional e por terem me levado aos caminhos do Senhor.

Agradeço especialmente à minha avó Iracema, por ser, além de avó, a minha grande e melhor amiga, aquela que nunca mede esforços para me ajudar em todos os quesitos da minha vida e, em especial, nesse momento, ao ter me acompanhado durante as pesquisas de campo.

A todos os meus tios e tias, pelo importante suporte dado a mim nessa trajetória, destacando a contribuição essencial das minhas tias Noeli e Maria Terezinha, as melhores professoras que já conheci, por terem me apresentado a Geografia desde criança e me instigado a adentrar no meio acadêmico através dos seus grandes exemplos.

Agradeço aos amigos maravilhosos que conquistei nessa jornada acadêmica: Maria, Alceu, Sinthia, Jeferson, Mateus Vantuir, Diego, Lucas de Brito (Aranha), Ariane, Brunara e Marcelo (Físico), e a todos os colegas da turma 57 e das demais turmas da Geografia, os quais compartilhamos conhecimentos, eventos, trabalhos de campo, festas, ansiosos, medos, indignações, enfim, por terem sido essa companhia tão essencial durante esses cinco anos.

Agradeço às minhas amigas-irmãs Rafaela e Ana Beatriz, que, mesmo bastante diferentes entre si, me auxiliaram através da sua amizade fora do ambiente da universidade, tanto emocionalmente quanto espiritualmente, estando sempre prontas a ouvirem as minhas vitórias e as decepções desta caminhada.

Ao João Marcos, meu conterrâneo de “Parisozinho”, que prestou toda a assistência na elaboração dos materiais cartográficos para este estudo.

Aos meus professores e professoras do ensino fundamental até o superior, que foram os principais responsáveis por eu ter chego até aqui. Agradeço pelos conhecimentos proporcionados, por me instigarem a sempre ir além, pelas inspirações de suas práticas docentes, e, mesmo tão desvalorizados, por ter me inspirado em seguir a carreira docente conforme o meu desejo. Em especial, agradeço à minha professora de Geografia, do ensino fundamental até o ensino médio, Cidinha Galante, por ter acreditado em mim e por sempre vibrar pelas minhas conquistas.

À minha orientadora professora Rosângela, que, embora estando juntas a tão pouco tempo, tem me auxiliado grandemente no desenvolvimento dessa pesquisa que construímos juntas, através de suas importantes contribuições. *Eterna gratidão!*

Aos professores Nécio Turra Neto e Ana Cláudia Dundes, que me acompanharam durante os dois anos (2015-2017) que estive como bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), pelo importante estímulo neste momento de formação para a atuação na carreira docente.

Aos agentes públicos de Pirapozinho entrevistados na primeira fase desta pesquisa: Gustavo Castilho (engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura), Jaqueline Polegato (engenheira ambiental da Prefeitura Municipal), Ana Paula Cerávolo (nutricionista da Cozinha Piloto), Jurandir Lima (autor da lei que criou o programa de agricultura urbana e periurbana no município) e Claudemir Toninato (gerente de supermercado), que nos possibilitaram ter uma visão inicial da prática da agricultura urbana no município.

Aos praticantes de agricultura urbana do município entrevistados, os protagonistas dessa pesquisa, dos quais eu tenho o prazer de citar aqui os seus nomes: José de Oliveira, Arnaldo, Duda (Horta do Pernambuco), Dirce, Valdivino, Ismael, Fátima, Cícero, Eulália e José Antônio, além dos responsáveis pelas iniciativas institucionais no município: Frei Bernardo, professora Ana e coordenadora Neuza. Vocês foram essenciais no desenvolvimento desta, pelo ótimo atendimento, carinho e disposição em me conceder as informações que tornaram possível chegar ao resultado proposto.

Ao senhor Cícero Leandro da Costa, um dos mais importantes praticantes de agricultura urbana do município de Pirapozinho, pela preocupação em desenvolver práticas em diferentes áreas da cidade e por ter me auxiliado grandemente durante as pesquisas de campo, se mostrando sempre interessado com os resultados desse trabalho.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro.

Enfim, poderia continuar agradecendo a várias outras pessoas pelo que representam na minha vida, mas agradeço em geral a todos os que fizeram ou ainda fazem parte desta minha trajetória, seja da escola, da igreja, dos trabalhos voluntários e de todos os caminhos que trilhei, os quais me ensinaram com sua força, apoio, amor, erros, acertos e testemunhos de vida, a ser a pessoa que eu sou hoje. *Dentro de mim há um pouco de cada um de vocês. GRATIDÃO!*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender as diferentes práticas individuais e/ou institucionais (coletivas) de agricultura urbana no município de Pirapozinho e as suas contribuições no que tange à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda para a população inserida em sua produção. Para atingir tal finalidade, nos voltamos à uma análise dessa prática no município a partir de uma combinação entre o aporte teórico adquirido durante a execução desta pesquisa e os resultados obtidos nas pesquisas de campo, através das entrevistas com os agentes públicos ligados às atividades agrícolas no município e com os praticantes de agricultura urbana e os responsáveis por instituições que desenvolvem práticas agrícolas urbanas com objetivos específicos, de acordo com o seu público alvo. Nesse sentido, constatou-se que, do ponto de vista das ações governamentais, embora a agricultura urbana seja uma atividade recorrente no cotidiano do município, seus produtores encontram-se dispersos, sem nenhuma organização coletiva por meio de associações ou sindicatos que os represente, justamente pelo fato de não terem nenhum tipo de visibilidade por parte das ações da administração local. No que concerne à dinâmica da agricultura urbana no município, encontramos uma prática voltada para o autoconsumo e a complementação da renda, sendo desenvolvida, principalmente, por aposentados e demais moradores que demonstram a sua preocupação com a segurança alimentar das famílias. Analisamos também o importante potencial terapêutico e educacional das práticas coletivas desenvolvidas em diferentes instituições do município.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Segurança Alimentar. Geração de Renda. Pirapozinho.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the different individual and / or institutional (collective) practices of urban agriculture in the municipality of Pirapozinho and their contributions in relation to food security and nutritional and the income generation for the population inserted in their production . In order to reach this goal, we return to an analysis of this practice in the municipality from a combination of the theoretical contribution acquired during the execution of this research and the results obtained in the field research, through the interviews with the public agents linked to the agricultural activities in the municipality and with urban agriculture practitioners and those responsible for institutions that develop urban agricultural practices with specific objectives, according to their target audience. In this sense, it was observed that, from the point of view of governmental actions, although urban agriculture is a recurrent activity in the daily life of the municipality, its producers are dispersed, without any collective organization through associations or unions representing them, precisely because they do not have any type of visibility on the part of the actions of the local administration. Concerning the dynamics of urban agriculture in the municipality, we find a practice aimed at self-consumption and income supplementation, being developed mainly by retirees and other residents who demonstrate their concern about household food security. We also analyze the important therapeutic and educational potential of collective practices developed in different institutions of the municipality

Keywords: Urban agriculture. Food security. Income generation. Pirapozinho.

LISTA DE SIGLAS

AMAU - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

AU – Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CIPP – Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema

CONSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

ESF - Estratégia de Saúde da Família

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

GNAU – Grupo Nacional de Agricultura Urbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Determinantes das práticas de agricultura em áreas urbanas..... | 20 |
|---|----|

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|--|----|
| Foto 1- Comercialização de verduras porta a porta através de um carrinho de mão em Pirapozinho..... | 32 |
| Foto 2 - Comercialização de verduras em uma residência no município de Pirapozinho..... | 33 |
| Foto 3 – Prática de agricultura urbana em uma área próxima ao Parque do Povo de Pirapozinho..... | 42 |
| Foto 4 – Crianças participando das etapas do cultivo na EMEI Aparecida Claro Assef..... | 43 |
| Foto 5 – Horta desenvolvida na EMEI Idário Marrafon..... | 44 |
| Foto 6 – Cultivo de verduras no quintal da residência do entrevistado B..... | 58 |
| Foto 7 – Prática de agricultura urbana no terreno do entrevistado J..... | 58 |
| Foto 8 – Agricultura urbana desenvolvida com finalidade comercial pelo entrevistado A..... | 59 |
| Foto 9 – Cultivo em uma área arrendada pelo entrevistado C..... | 59 |
| Foto 10 – Eco Ponto: área pública que abriga materiais recicláveis no município de Pirapozinho..... | 60 |
| Foto 11 – Cultivo de hortaliças no fundo de um sofá..... | 60 |
| Foto 12 – Revitalização de um terreno baldio para o cultivo de alimentos..... | 61 |
| Foto 13 – Couve cultivada pelo entrevistado H..... | 63 |
| Foto 14 – Cultivo de berinjela pelo entrevistado C..... | 63 |
| Foto 14 – Cultivo de morangos pelo entrevistado E..... | 64 |
| Fotos 16 – Criação de galinhas pela entrevistada I..... | 65 |
| Foto 17 – Horta do Lar São Miguel Arcanjo..... | 79 |
| Foto 18 – Paciente trabalhando na horta do Lar São Miguel Arcanjo..... | 80 |

| | |
|--|----|
| Foto 19 – Placa localizada na entrada da entidade..... | 81 |
| Foto 20 - Questionário respondido pelo responsável de um dos estudantes da unidade escolar..... | 83 |
| Foto 21 - Porteiro da unidade escolar preparando o solo para o plantio..... | 84 |
| Foto 22 - Professoras e crianças dando início ao plantio das mudas..... | 85 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Tipos de alimentos produzidos pela agricultura urbana em Pirapozinho..... | 62 |
| Gráfico 2 – Locais de comercialização dos produtos da agricultura urbana no município..... | 69 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1 - Localização do município de Pirapozinho no Estado de São Paulo, 2018..... | 36 |
| Mapa 2 – Localização das práticas de agricultura urbana no município de Pirapozinho – São Paulo, 2018..... | 50 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Evolução demográfica total urbana e rural, e grau de urbanização do município de Pirapozinho, 1950-2010..... | 37 |
| Quadro 2 – Idades dos praticantes entrevistados no município de Pirapozinho/SP..... | 51 |
| Quadro 3 - Tempo da prática da agricultura urbana no município de Pirapozinho/SP..... | 52 |
| Quadro 4 - Profissões e principais motivações dos praticantes entrevistados no desenvolvimento de práticas de agricultura urbana no município de Pirapozinho/SP..... | 53 |
| Quadro 5 - Tipos de propriedades onde são desenvolvidas as práticas de agricultura urbana..... | 57 |
| Quadro 6 - Extensões das áreas de cultivo da agricultura urbana em Pirapozinho..... | 62 |
| Quadro 7 - Tipos de adubos utilizados na agricultura urbana em Pirapozinho..... | 65 |
| Quadro 8 – Mão de obra utilizada nas iniciativas individuais de agricultura urbana em Pirapozinho..... | 67 |
| Quadro 9 - Destinação da produção da agricultura urbana em Pirapozinho..... | 68 |

Quadro 10 - Renda média mensal e destinação da renda obtida pela comercialização dos produtos da agricultura urbana em Pirapozinho.....71

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1 - O DEBATE SOBRE A AGRICULTURA URBANA | 19 |
| 1.1. Diferentes abordagens do conceito de agricultura urbana..... | 19 |
| 1.2 Aspectos gerais da prática da agricultura urbana..... | 22 |
| 1.3 Desafios referentes à sua prática..... | 26 |
| 1.4 Políticas públicas direcionadas à prática da agricultura urbana no Brasil e no mundo..... | 28 |
| 1.5 Dimensão econômica da agricultura urbana..... | 31 |
| 1.6 Contribuições da agricultura urbana para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)..... | 34 |
| CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS | 36 |
| 2.1 A agricultura no município de Pirapozinho..... | 39 |
| 2.2 A agricultura urbana em Pirapozinho sob a perspectiva das políticas públicas e ações da administração local voltadas à sua prática no município..... | 41 |
| CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP | 49 |
| 3.1 Perfil dos praticantes de agricultura urbana em Pirapozinho..... | 51 |
| 3.2 Organização da produção da agricultura urbana no município..... | 56 |
| 3.3 Dimensão econômica da agricultura urbana em Pirapozinho..... | 68 |
| 3.4 Contribuições da agricultura urbana praticada em Pirapozinho para a segurança alimentar da população local..... | 72 |
| 3.5 Ações governamentais voltadas à esta prática sob a ótica dos praticantes de agricultura urbana do município..... | 74 |
| 3.6 Iniciativas institucionais de agricultura urbana desenvolvidas no município de Pirapozinho/SP..... | 78 |
| 3.6.1 A agricultura urbana como elemento terapêutico em Pirapozinho: o caso do Lar São Miguel Arcanjo na Providência de Deus..... | 78 |
| 3.6.2 A prática da agricultura urbana como atividade de educação alimentar e nutricional no município de Pirapozinho: experiências do Projeto Alimentação Saudável, na EMEI Idário Marrafon..... | 82 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 87 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 89 |
| APÊNDICES | 96 |
| ANEXOS | 105 |

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana é uma prática bastante antiga, sendo caracterizada como as atividades agrícolas (cultivo, criação de animais etc.) desenvolvidas dentro do perímetro urbano ou em seus arredores, seja para comercialização ou autoconsumo. Seu surgimento acompanha a história das primeiras cidades no Oriente Médio, instaladas ao redor dos rios, que lhes oferecia as condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura, considerada como a principal atividade desses povos, onde se observava uma “estreita ligação entre o urbano e o rural na vida das pessoas” (BOUKHARAEVA *et. al.*, 2007, p.13).

Mesmo se constituindo como uma atividade já corriqueira no cotidiano das populações urbanas, a agricultura urbana entra na pauta de discussões do mundo na década de 1980, no contexto de uma grave crise econômica que atingia, principalmente, os países da América Latina, Ásia e África. Neste momento, essa prática aparece como uma alternativa para garantir o acesso à alimentos de qualidade e de suplementar a renda da população assolada pela crise, de modo a contribuir para a sobrevivência desses povos.

Sendo assim, a prática da agricultura urbana é constantemente associada à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), caracterizada como o “direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 2006, n.p.), questão essa que tem sido muito levada em consideração nas políticas que visam a promoção da agricultura urbana tanto nos países pobres, quanto naqueles considerados “em desenvolvimento”, como o Brasil.

Esta atividade entra na agenda das políticas públicas governamentais do país através do programa Fome Zero, criado no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, onde “hortas comunitárias em áreas urbanas começam a despontar no Brasil” (MATTOS *et. al.*, 2015, p.10) como um resultado das ações deste programa que tinha como objetivo principal o combate à fome e à pobreza.

Dessa forma, procurando entender como essa prática está organizada em Pirapozinho e sendo pensada no âmbito das políticas públicas municipais, temos como objetivo principal desse estudo compreender as diferentes práticas de agricultura urbana desenvolvidas no município como estratégia de garantia da segurança alimentar e de geração de renda para a população local. Para alcançarmos tal entendimento, elencamos como objetivos específicos:

- Mapear as principais iniciativas individuais e/ou coletivas de agricultura urbana realizadas no município;

- Identificar o perfil e as motivações da população que desempenha estas práticas no município;
- Verificar as principais ações da administração local em relação às práticas de agricultura urbana realizadas no município;
- Investigar a destinação do que é produzido pelos praticantes de agricultura urbana no município de Pirapozinho e, no caso de comercialização, seus principais mercados consumidores.

Buscando atingir os objetivos propostos para este estudo, elencamos como procedimentos metodológicos a realização, *a priori*, de um levantamento bibliográfico sobre as temáticas da agricultura urbana e segurança alimentar, bem como da obtenção de dados qualitativos e quantitativos sobre esta prática no país em *sites* oficiais do governo, tais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) etc. Quanto ao município de Pirapozinho, foram consultadas informações em trabalhos acadêmicos que o utilizaram como recorte territorial e dados do IBGE a fim de caracterizá-lo, bem como a busca por instrumentos legais referentes à agricultura urbana no município.

Para obter um panorama dessa prática no município sob a perspectiva das ações governamentais, foram realizadas entrevistas com diferentes agentes como a engenheira ambiental responsável pelo setor do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal (Apêndice B), o engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura, a nutricionista responsável pela alimentação escolar no município (Apêndice A), o vereador que criou a lei do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de Pirapozinho (Apêndice D) e o gerente de um dos principais supermercados do município (Apêndice C).

Em um segundo momento, a fim de compreendermos a dinâmica desta prática no município, nos voltamos à realização de entrevistas, a partir de um roteiro formulado (Apêndice F). Tanto na primeira como na segunda fase da pesquisa, as entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados e transcritas posteriormente, preservando a identidade destes.

Buscando identificar novos elementos para a pesquisa, foram realizadas também observações participantes junto aos praticantes de agricultura urbana e aos responsáveis pelas instituições que desenvolvem atividades agrícolas dentro do perímetro urbano de Pirapozinho, acompanhando-os nas diferentes etapas do cultivo, bem como no momento de comercialização dos produtos.

Nessa fase da pesquisa, foram entrevistados 10 praticantes espalhados em diferentes pontos do perímetro urbano do município, embora sejam realizadas muitas outras iniciativas individuais de agricultura urbana, conforme analisaremos no mapeamento elaborado a partir das pesquisas de campo.

A amostra escolhida derivou de inúmeros fatores. O primeiro deles foi a facilidade de acesso aos praticantes de agricultura urbana, visto que em algumas áreas encontradas na cidade não foram possíveis a identificação e a localização dos seus cultivadores. Outro motivo foram as indicações recebidas por meio das redes sociais, dos agentes públicos, dos próprios praticantes que iam sendo entrevistados e de outras pessoas que tiveram conhecimento da pesquisa que estava sendo realizada. Por fim, optamos também para os casos mais relevantes de agricultura urbana no município, de conhecimento de todos os seus moradores, como o da horta próxima ao Parque do Povo e da ação desenvolvida no Lar São Miguel Arcanjo na Providência de Deus (Apêndice G).

O interesse em estudar essa temática surgiu dos conhecimentos prévios adquiridos em nossa vivência no município em questão e pelas experiências obtidas ao longo da vida em relação às práticas agrícolas urbanas. Esse desejo surge também inspirado em estudos que já estão sendo desenvolvidos sobre a agricultura urbana em Presidente Prudente, uma cidade média próxima à Pirapozinho, buscando compreender a dinâmica da agricultura urbana em cidades de pequeno porte.

Nesse sentido, nos propusemos a desvendar a seguinte problemática: De que forma as práticas de agricultura urbana desenvolvidas no município de Pirapozinho têm contribuído para a segurança alimentar e a geração de renda da população local? Em que medida estas práticas têm sido pensadas como parte das políticas públicas municipais? Em que medida os alimentos produzidos pelos agricultores urbanos têm atingido a população local, em termos de comercialização? Os produtores destes alimentos dentro do perímetro urbano têm conhecimento sobre a importância destas práticas? Entre outros questionamentos que surgiram durante o andamento da pesquisa.

A partir dos resultados obtidos neste estudo, dividimos esta monografia em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro realizaremos um resgate das principais questões que norteiam o debate sobre a prática da agricultura urbana no Brasil e no mundo, a partir dos resultados do levantamento bibliográfico realizado nesse estudo. Neste momento nos voltamos às diferentes abordagens do seu conceito; às principais características das práticas agrícolas urbanas, às políticas públicas direcionadas à estas; à sua dimensão

econômica; e, às contribuições da agricultura urbana para a garantia da segurança alimentar da população envolvida em sua prática.

No capítulo 2, partiremos de uma caracterização da área de estudo, dando enfoque para os aspectos históricos de sua formação e para a importância das práticas agrícolas na constituição do município. Nesse capítulo, traremos também um panorama inicial a respeito de como vem sendo tratada a questão da agricultura urbana no município de Pirapozinho em relação às ações da administração local, destacando as iniciativas de conhecimento do poder público municipal.

Por fim, no capítulo 3 apresentaremos os resultados das entrevistas e pesquisas de campo com alguns dos praticantes de agricultura urbana que desenvolvem iniciativas individuais no município e com os responsáveis por instituições que se voltam a ações coletivas de agricultura urbana, analisando todos os pontos que norteiam essas práticas à luz do aporte teórico escolhido para esse estudo.

CAPÍTULO 1 - O DEBATE SOBRE A AGRICULTURA URBANA

Neste primeiro capítulo apresenta-se alguns pontos essenciais para se discutir a prática da agricultura urbana. Para tal, nos voltamos às ideias dos principais autores e instituições que abordam a temática em suas investigações, as quais serviram como base para o levantamento bibliográfico realizado *a priori* no desenvolvimento desse estudo.

1.1. Diferentes abordagens do conceito de agricultura urbana

A agricultura urbana ainda se constitui como um conceito em construção, sobre o qual diferentes autores e instituições (FAO (1999), ARRUDA (2011), AQUINO e ASSIS (2007), MACHADO e MACHADO (2002), MOUGEOT (2000), FERREIRA e CASTILHO (2007), GNAU (2002), entre outros) apresentam suas considerações sobre o que poderia definir essa prática.

Sendo elaborada no início das discussões acerca do tema, a definição trazida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apresenta que essas atividades “referem-se à utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou a venda em mercados locais” (FAO, 1999, n.p).

Embora esta seja amplamente difundida, a partir da qual derivam-se outras definições trazidas por diversos autores, legislações e outros, Arruda (2011, p. 25-26) aponta que “após a incorporação atual de novos elementos para as análises da agricultura urbana, [a definição] não auxilia no esgotamento da questão, pois é pouco específica”, considerando que a mesma não vai além de diferenciar a agricultura urbana da agricultura rural quanto à sua localização espacial, sem considerar outros aspectos ligados ao ambiente urbano que norteiam sua realização.

No sentido de incorporar a esse conceito um pouco mais da dimensão da prática da agricultura em áreas urbanas e, assim, melhor defini-la, uma importante contribuição para o debate vem de Luc J. A. Mougeot, membro do International Development Research Centre – Canadá e especialista em agricultura urbana. O autor revela que “poucas definições de agricultura urbana aprofundam os contrastes entre ela e a rural, e menos ainda analisam as implicações que uma tem sobre a outra” (MOUGEOT, 2000, n.p.), assim sendo, esse *déficit* traz implicações diretas sob a obtenção de conhecimentos a seu respeito e, conseqüentemente, de políticas públicas específicas de fomento a essas práticas.

Para o mesmo autor, essas definições geralmente:

[...] se baseiam nos seguintes determinantes: tipos de atividade econômica; localização intra-urbana ou periurbana; tipos de área onde ela é praticada; sua escala e sistema de produção; as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios); e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização (MOUGEOT, 2000, n.p.).

Neste sentido, Aquino e Assis (2007, p. 139) revelam que “[...] o elemento mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana)”, conforme constatamos na definição apresentada pelos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Altair Machado e Cynthia Machado (2002), na qual essa “compreende o exercício de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação de recursos naturais dentro dos centros urbanos ou em suas respectivas periferias [...]” (p.7).

Mougeot traz para o debate um elemento que, em seu ponto de vista, é o principal diferenciador desta com a agricultura praticada em áreas rurais: o fato de ela estar “integrada no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000, n.p.), considerado por ele como “ ecossistema urbano” onde deveriam ser consideradas diferentes determinantes referentes às práticas agrícolas em áreas urbanas, conforme apresentado nesse esquema (Figura 1).

Figura 1 – Determinantes das práticas de agricultura em áreas urbanas (MOUGEOT, 2000)



Fonte: MOUGEOT (2000).

A partir desse esquema proposto pelo autor, ele define a agricultura urbana como aquela:

[...] praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, n.p.).

A questão de associar a cidade através de seus sistemas econômico e ambiental com o cultivo de alimentos no seu interior e em seus arredores para o abastecimento de sua população surge na década de 1980, quando “movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos passaram a questionar a ideia de cidade como oposta ao ambiente natural, e buscaram pensá-la como um ecossistema, no qual há troca de energia e matéria.” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.84), conforme evidenciado no pensamento de Mougeot.

A partir dessa discussão, surgem algumas definições difundidas em âmbito nacional que incorporam essa perspectiva, como é o caso da apresentada no projeto de lei que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana, que a define como sendo uma “atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala.” (BRASIL, 2015, n.p.), trazendo, assim, a incorporação dessa atividade nos sistemas próprios da dimensão da vida urbana.

Também nessa linha de compreensão, os autores Ferreira e Castilho (2007), consideram que a agricultura urbana “é uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços intra e/ou periurbanos; utilizando e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano.” (p.6). Nessa definição, além de agregar as ideias de Mougeot, é levada em consideração a dimensão social dessa prática, tendo em vista que ela tem sido fomentada desde seu surgimento nas agendas governamentais para o tratamento de problemas sociais, tais como: a pobreza, o desemprego, e, a principal delas, a fome.

Em âmbito internacional, o Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), ligado ao Ministério da Agricultura de Cuba, país que se destaca mundialmente na prática da agricultura urbana, traz também essa perspectiva, definindo-a

[...] como sendo a produção de alimentos dentro do perímetro urbano e periurbano, aplicando métodos intensivos, tendo em conta a inter-relação homem-cultivo-animal-meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção

diversificada de cultivos e animais durante todo o ano, baseadas em práticas sustentáveis que permitem a reciclagem dos resíduos (GNAU, 2002, *apud* AQUINO; ASSIS, 2007, p. 140).

Na definição apresentada pelo GNAU verifica-se diversos elementos da produção de alimentos nas cidades baseados nas ideias de Mougeot. O primeiro refere-se à integração do homem com o ‘ecossistema urbano’. Considera-se aí também todo o aparato técnico que a cidade oferece (ou deveria oferecer) para auxiliar nessa produção, uma vez que, na maioria dos casos, vem dos grandes centros urbanos o conhecimento necessário para impulsioná-la, além da proximidade entre produto e consumidor, visto que a maioria da população se encontra nas áreas urbanas. A instituição também incorpora a dimensão sustentável dessa prática no reaproveitamento dos resíduos das mais variadas espécies na busca de tornar a produção cada vez mais orgânica, embora ainda seja recorrente o uso intensivo de agroquímicos, conforme discorreremos adiante.

Por se tratar de um campo de pesquisa relativamente novo, as discussões acerca da definição de agricultura urbana tendem a avançar e trazer mais elementos para conceituá-la e diferenciar sua prática da realizada na agricultura rural para além da questão da localização.

1.2. Aspectos gerais da prática da agricultura urbana

Sendo considerado um fenômeno em constante expansão no mundo, sobretudo nos países da América Latina, a agricultura urbana tem sido frequentemente associada à questão do abastecimento de alimentos para a população em situação de pobreza destas áreas. Nas cidades do interior do Brasil, a prática é bastante recorrente pela sua “estreita vinculação com o êxodo rural e serve para a conservação de saberes tradicionais” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p. 66). Nesse sentido, incorporamos à discussão da prática da agricultura urbana a ideia apresentada por Arruda (2011, p. 25) que revela a existência de “ [...] cidades que têm características rurais, onde acontecem vários tipos de atividades econômicas vinculadas diretamente à agricultura e em que não existe separação ou existe separação tênue entre periurbano e intraurbano”, conforme identificaremos a presença bastante forte desses elementos no município que delimitamos para esse estudo.

Embora seja perceptível a “participação efetiva de camponeses que vieram para as cidades constituírem atividades urbanas e que continuam suas práticas agrícolas nos reduzidos espaços que ocupam” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p. 8-9), ou seja, que já possuem uma familiaridade com as atividades agropecuárias, é crescente o interesse pela agricultura urbana por parte de outros segmentos da população urbana que não tiveram

essa vivência prévia no campo. Segundo Arruda “[...] pode-se observar que outros são de classe média, empresários, profissionais liberais e outros investem em propriedades rurais e levam adiante atividades direcionadas a nichos específicos de consumo sem necessariamente ter um histórico familiar ligado à agricultura” (ARRUDA, 2011, p.29). Estes são levados pela busca por uma alimentação baseada em produtos orgânicos ou até mesmo pela lucratividade que essa atividade em ascensão pode oferecer, além de ser considerada como terapia ou *hobby*.

Também na linha daqueles que não possuem origem rural, há a participação das populações urbanas pobres que “escolhem a agricultura como uma de suas estratégias de sobrevivência” (ARRUDA, 2011, p.29). Para estas, além da agricultura urbana se constituir como uma importante fonte de renda, o consumo desses alimentos produzidos pode suprir as carências alimentares, através dos nutrientes presentes em cada um deles, “possibilitando o aumento da disponibilidade de alimentos e a diversificação da dieta das famílias” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.142).

As práticas de agricultura urbana podem ser divididas em individuais e não-individuais. As primeiras englobam hortas em quintais, criação de animais de pequeno porte, processamento e vendas de alimentos e produtos agrícolas para a complementação da renda do produtor; hortas em terraços e telhados, entre outros casos.

Nos casos das experiências individuais, geralmente ocorridas nos quintais das casas dos próprios praticantes, para auto sustento ou venda do excedente, o contato direto com o cultivo “favorece o controle total de todas as fases de produção, eliminando o risco de se consumir ou manter contato com plantas que possuam resíduos de defensivos agrícolas ou outros contaminantes nocivos à saúde humana” (ARRUDA, 2011, p.34).

Dessa forma, conforme Vinholi e Martins (2012, p. 76), “as práticas agrícolas familiares e/ou individuais acontecem em quintais e são motivadas pelos seguintes aspectos: agregação na renda familiar, terapia ocupacional, saúde, prazer e segurança alimentar através do plantio [alguns casos] isento de agrotóxicos. ”. Com base nos autores, há um forte protagonismo das mulheres na execução dessas atividades, sejam elas de origem rural e urbana, principalmente pela preocupação com a saúde e com o alimento das famílias, no entanto isso não é identificado na realidade do nosso estudo.

As iniciativas não-individuais, segundo os mesmos autores, são impulsionadas por organizações não-governamentais, instituições públicas e privadas, escolas e cooperativas, através da realização de hortas comunitárias que objetivam o autoconsumo destes órgãos, a

complementação da renda, terapia ocupacional e até mesmo estratégias de educação ambiental no caso de escolas, creches, universidades etc.

Dentro destas categorias existe uma infinidade de possibilidades de atividades agrícolas nas cidades. De acordo com Mattos, Mendonça, Maselli e Deprá (2015, p. 08),

[...] podem ser encontradas desde hortas em quintais; hortas comunitárias; hortas em escolas, creches, centros de saúde, centros de referência em assistência social, universidades, penitenciárias, criações de animais; hortas medicinais, compostagens, minhocários, processamentos e vendas de alimentos e produtos agrícolas; hortas em terraços e telhados; hortas sob linhas de transmissão, propriedades rurais diversificadas dentro dos perímetros urbanos, assentamentos rurais e rururbanos, ocupações urbanas, parques, áreas de proteção ambiental, praças, canteiros de estradas e rodovias, corredores ecológicos, parques hortícolas, programas de habitações populares, condomínios, entre outros.

Quanto às áreas onde essas atividades podem ser praticadas dentro do perímetro urbano, Mougeot pontua que cada autor traz um critério distinto para tipificá-la, tais como:

[...] o critério da área com relação à residência do produtor (se dentro ou fora do lote onde ele reside); ou com relação ao desenvolvimento da área (se ela está construída ou baldia); ou com relação à modalidade do uso ou da posse (cessão, usufruto, arrendamento, compartilhado, autorizado mediante acordo pessoal ou não autorizado, direito consuetudinário ou transação comercial); ou com relação à categoria oficial do uso do solo da zona onde se pratica a agricultura urbana (residencial, industrial, institucional, etc.) (MOUGEOT, 2000, n.p.).

Na perspectiva do mesmo autor, o sistema e a escala da produção podem variar de acordo com essas categorias, podendo ser micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares, que revela, assim, suas motivações próprias e as necessidades que deseja suprir. Ainda na dimensão econômica, além de reforçar os orçamentos domésticos, a agricultura urbana traz algumas vantagens se comparada à agricultura rural que derivam de sua proximidade com o consumidor final, favorecendo um “fluxo de recursos mais rápido” (MOUGEOT, 2000).

Para Arruda (2011, p. 31),

[...] sua proximidade com o mercado consumidor faz dela uma atividade dotada de grande potencial de crescimento e os benefícios relacionados são múltiplos e envolvem notadamente questões como saúde, nutrição, combate à pobreza, saneamento, valorização da cultura local, educação ambiental e podem contribuir bastante para o desenvolvimento sustentável das cidades.

A produção nas cidades apresenta uma inovação na questão do acesso ao mercado sob a perspectiva sustentável, por permitir que seus produtos possam ser comercializados em feiras agroecológicas ou nas compras coletivas que possibilitam um consumo consciente

(MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015), como alternativas de economia solidária¹.

Na dimensão social, as práticas agrícolas urbanas possibilitam uma maior interação entre os envolvidos na produção, em especial produtores e consumidores, em vista dessa proximidade, onde há trocas de materiais e conhecimentos entre eles (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015) e entre os próprios praticantes, revelando, assim, a necessidade da existência de associações/grupos/redes para a melhor organização dessas atividades nos municípios e para possibilitar uma troca de conhecimentos mais efetiva.

A agricultura urbana possui também um forte elemento terapêutico na recuperação de distúrbios de ordem química e psicológica, conforme analisaremos na próxima etapa desta pesquisa em um dos casos existentes no município de Pirapozinho, onde há a implantação de uma horta comunitária em um estabelecimento terapêutico para dependentes químicos.

Do ponto de vista ambiental, a atividade agrícola desenvolvida dentro do perímetro urbano traz benefícios que superam os aspectos negativos de sua produção que derivam do “desenvolvimento da biodiversidade e o melhor aproveitamento dos espaços” (MACHADO A.; MACHADO C., 2002, p. 9).

Para os pesquisadores da Embrapa, “o agricultor urbano pode ajudar a criar um microclima adequado, conservar o solo, minimizar o lixo nas cidades, promover a reciclagem de nutrientes, além de melhorar o manejo da água, da biodiversidade, do balanço de O² e CO² e da consciência dos cidadãos urbanos” (MACHADO A.; MACHADO C., 2002, p. 16).

Em relação ao uso do solo urbano, “essas práticas trazem a possibilidade de diversificação das formas e dos usos do espaço urbano, ao atribuir ao solo a fertilidade que devolve o seu valor de uso e o sentido de matéria prima para o cultivo de alimentos” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.82), considerando que esses são frequentemente impactados pelos efeitos da especulação imobiliária, bem como pela poluição característica dessas áreas, conforme discorreremos nos desafios para essa prática.

Neste sentido, destaca-se o aproveitamento dado a áreas ociosas no interior das cidades pela agricultura urbana, “evitando o acúmulo de lixo e entulhos ou o crescimento

¹ “São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011, n.p.)

desordenado de plantas daninhas, onde poderiam abrigar-se insetos peçonhentos e pequenos animais prejudiciais à saúde humana” (BRASIL, 2015).

1.3. Desafios referentes à sua prática

Embora a agricultura urbana se apresente como uma importante alternativa na geração de “alimentos saudáveis, isentos de agrotóxicos, livres de transgênicos, que valoriza culturas locais, reaproveita recursos e resíduos” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.14), os praticantes dessa atividade encontram inúmeras dificuldades ao tentarem desenvolver a atividade de modo que contribua econômica, social e, principalmente, ambientalmente, nas áreas onde é praticada.

O primeiro desafio identificado refere-se ao impasse encontrado no desejo de se realizar uma agricultura orgânica de fato e a possibilidade em concretizá-la, conforme evidenciam Vinholi e Martins (2012), fazendo referência à procedência das mudas e demais instrumentos utilizados durante o plantio.

Essa questão advém do fato das “mudas e sementes serem adquiridas em agropecuárias, de procedência convencional, ou seja, não orgânicas” (VINHOLI; MARTINS, 2012, p.76), o que traz a constatação de que há uma falta de preocupação dos próprios praticantes e de apoio do mercado com essa produção livre de agroquímicos, seja no plantio ou no controle de pragas, em vista de visarem às vantagens econômicas para esse segmento.

Nesse sentido, verifica-se que as práticas agrícolas urbanas também são passíveis de representarem riscos para o meio ambiente “relacionados aos resíduos orgânicos, às águas servidas, aos vetores de doenças, à contaminação por agroquímicos, à contaminação por metais pesados e as zoonoses” (ARRUDA, 2011, p.38), levando, assim, a degradação e contaminação dos recursos naturais pela prática inadequada dessa atividade.

Em vista da crescente industrialização das grandes cidades e metrópoles mundiais e brasileiras, as áreas antes destinadas para a realização da agricultura urbana vêm sendo ocupadas pelas indústrias ou por áreas residenciais, trazendo dificuldades tanto ao acesso à terra quanto de ordem ambiental, ao passo que os “efeitos da poluição industrial podem contaminar os recursos utilizados no cultivo urbano, afetando o solo, a água, o ar” (PIRES, 2016, p.74).

Em relação às áreas para a produção, os praticantes de agricultura urbana enfrentam diversos desafios para a manutenção destas práticas referentes ao “alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas,

com o amparo dos planos diretores; a pressão para a construção de novas unidades habitacionais [...]” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.09), entre outros, os quais derivam da especulação imobiliária que vem se expandindo nas cidades e pelo intenso processo de urbanização, o que torna “um desafio pensar na destinação de terrenos vagos para o plantio” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.82).

Dessa forma, Maia (1999, p. 216) apresenta que

[...] considerando que na luta pela ocupação do solo urbano, as atividades primárias, dentre as atividades econômicas, são as mais frágeis e as menos essenciais ao contexto urbano, particularmente quando praticadas por pequenos produtores, torna-se “natural” que elas também sejam as que mais facilmente se retirem, muitas vezes até antecipadamente, dando lugar aos “vazios” que aguardam o *boom* da valorização.

Os desafios apresentados até o momento derivam de uma dificuldade maior: a ausência de incentivos e fomento à prática da agricultura urbana. Conforme discorreremos melhor no próximo capítulo, a falta de políticas públicas específicas para essa atividade tem tornado cada vez mais complexo o acesso aos conhecimentos e instrumentos básicos para a produção por parte de seus praticantes, uma vez que “o desenvolvimento da agricultura urbana, assim como a agricultura rural, necessita assegurar aos agricultores urbanos: o acesso à terra e à água, a assistência técnica e crédito para financiar suas atividades, desde a aquisição de insumos até as atividades pós-colheita” (MOREIRA, 2008, p. 251).

A partir disso percebe-se também a necessidade da formação de seus produtores, através de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de tecnologias e alternativas para melhorar a produção (MACHADO A.; MACHADO C., 2002). Um meio de consegui-la, de acordo com Santos (2011), seria por intermédio de uma assistência técnica de qualidade através de serviços de extensão e de pesquisa.

Conforme Coutinho e Costa (2011, p. 81), “a agricultura urbana não é prática nova, mas é um campo de pesquisa novo [...]”. Embora sua prática tenha sido bastante expressiva nas últimas décadas, ainda há uma carência de discussões a seu respeito, culminando, assim, na escassez de estudos na área e na falta de entendimento a seu respeito por parte dos governantes e dos profissionais que poderiam auxiliar na disseminação da implantação de projetos de agricultura urbana e na assistência a seus adeptos.

As maiores contribuições teóricas existentes sobre essa prática têm bases na Agronomia e na Economia, conforme destacam Ferreira e Castilho (2007), e com foco nas capitais e nas regiões metropolitanas, sem considerar, muitas vezes, a ocorrência desta atividade nas cidades médias e pequenas. O fato da maioria dos estudos existentes sobre a

agricultura urbana ter seu foco nas capitais e regiões metropolitanas se deve, conforme evidenciado por Ferreira e Castilho, em virtude dos:

[...] estudos e, conseqüentemente, os recursos disponibilizados pelo Governo Federal, [estarem] concentrados nos maiores centros urbanos do país, ou seja, nas maiores metrópoles. Além disso, devemos considerar que a agricultura urbana acha-se também presente em outras áreas urbanas brasileiras não contempladas pelo documento supracitado [Panorama da A.U no Brasil] (FERREIRA; CASTILHO, 2007, p. 14).

Essa escassez de estudos sobre a agricultura urbana possui uma intrínseca relação com a elaboração de políticas públicas e, conseqüentemente, a falta de disseminação dos aspectos benéficos desta prática, tanto do ponto de vista social, quanto no ambiental e econômico, “o que dificulta também a formulação e implementação de políticas de agricultura urbana que considerem as diversidades locais” (ARRUDA, 2011, p.24).

A partir dessa explanação, identificamos os principais desafios inerentes à prática da agricultura urbana, porém, pontuamos que os benefícios que ela apresenta superam seus aspectos negativos, embora estes também precisem ser levados em consideração. No próximo capítulo discutiremos meios de saná-los através da atuação de instituições e órgãos governamentais, além de sua abordagem em políticas públicas específicas para o desenvolvimento da atividade e de seus produtores.

1.4. Políticas públicas direcionadas à prática da agricultura urbana no Brasil e no mundo

A agricultura urbana entra nas agendas governamentais mundiais a partir da década de 1980, diante da possibilidade de pensa-la “como uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres atingidas pela crise econômica” (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 421), que assolava a população da América Latina e dos continentes africano e asiático, gerando desemprego em massa e elevando, assim, os índices de pobreza.

Também nesse período, o debate a respeito dessa prática se volta à “emergência de um novo pensamento ambiental” (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 84), no qual a cidade passa a não ser vista apenas “como elemento consumidor de recursos naturais e degradador do ambiente natural” (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 84), mas, agora levando em consideração sua capacidade produtiva de alimentos em face à contribuição desta prática na minimização da questão da pobreza urbana.

Uma das principais organizações que atuam no apoio aos projetos de agricultura urbana em nível mundial é a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

– FAO- trazendo-a como uma estratégia para erradicação da fome e geração de renda para as populações pobres urbanas. Visando ao fomento a essa prática, a FAO, entre outros incentivos, “tem ajudado governos e administrações urbanas a otimizar políticas, quadros institucionais e serviços de apoio à AUP, e a melhorar os sistemas de produção hortícola” (FAO, 2012, p.04).

Nesse sentido, em âmbito mundial, a atividade tem sido bem mais expressiva em países da “África, América Central (Cuba, principalmente) e Europa (França e Portugal, preponderantemente)” (FERREIRA; CASTILHO, 2007, p.12). Dentre esses países, destaca-se o caso de Cuba, onde a prática da agricultura urbana desapontou em um período marcado por “uma prolongada crise econômica que levou ao racionamento de alimentos e ao aumento das taxas de desnutrição” (FAO, 2014, p.10).

O país, sobretudo sua capital, Havana, constitui-se como um exemplo a ser seguido nessa questão em termos de apoio governamental, pelo Ministério da Agricultura, sob a coordenação do Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU); na invenção da *organoponia*, que, embora seja uma técnica parecida com a hidroponia, “se usa um substrato orgânico, obtido com restos de colheitas, dejetos domésticos e estrume animal” (FAO, 2014, p.11); na disponibilização de espaços não cultivados gratuitos para a produção; e, no incentivo a participação de mulheres e jovens nestes projetos.

Em âmbito nacional, a agricultura urbana entra na agenda governamental no ano de 2003, início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em que suas ações se voltaram para as desigualdades sociais no país e, assim, “lança como carro chefe o desafio do combate à fome e à pobreza [...]” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.10). Em vista de sanar esses problemas de ordem social, se começa a pensar em hortas comunitárias em áreas urbanas a fim de “possibilitar a produção de alimentos de forma comunitária com uso de tecnologias de bases agroecológicas em espaços urbanos e periurbanos ociosos” (CEPAGRO, 2011, n.p.).

A partir desse momento, a agricultura urbana é “assumida institucionalmente pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome como ação de desenvolvimento social, promotora, especialmente, do direito humano à alimentação” (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 89).

Diante desse cenário, intensifica-se a necessidade de uma política pública específica para a agricultura urbana no país, principalmente após as demandas surgidas sobre a alimentação das populações urbanas em situação de vulnerabilidade advindas do “reavivamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da

realização das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANS)” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.10), uma vez que esta questão era frequentemente tratada no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (PNAPO), que não trazia contribuições efetivas para as práticas agrícolas urbanas.

Assim, em 2004, “o MDS lança um Programa de Agricultura Urbana, como passo na construção de uma política nacional de agricultura urbana” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.10).

Durante a efervescência desse debate, no ano de 2007, surge a primeira pesquisa de cunho governamental desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) sobre essa prática, a qual englobou as mais variadas regiões metropolitanas brasileiras e ofereceu bases para o surgimento de um “documento de diretrizes para a construção de uma política pública” (MATTOS; MENDONÇA; MASELLI; DEPRÁ, 2015, p.10). Sendo intitulada “*Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção*” (SANTANDREU; LOVO, 2007), a pesquisa buscou traçar um mapeamento das principais ações desenvolvidas no país, sobretudo nas 11 regiões metropolitanas que foram o foco desse estudo.

A partir dos casos apresentados nesse documento, destacamos, com base no documento “*Ciudades más verdes en América Latina y el Caribe: Un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región*”, da FAO (2014), as experiências de agricultura urbana realizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, ao observar-se um grande número de hortas comunitárias, de sistemas de comercialização específicos e projetos ligados ao combate à fome e à pobreza.

Além do Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Belo Horizonte, originado em 1998, a prática tem sido fomentada nessa região pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU, em que organizações não governamentais e o público universitário, principais promotores desta atividade na área, se reúnem para discutir maneiras de qualificar a produção em face das contribuições que ela traz em âmbito alimentar, ambiental e social (SANTANDREU; LOVO, 2007, n.p.).

Nesse sentido, em 2015, surge o projeto de Lei da Política Nacional de Agricultura Urbana nº 906/15, que não foi instituída de fato, fazendo com que os projetos em âmbito estadual e municipal sejam frequentemente fomentadas por instituições não governamentais ou até mesmo dentro dos próprios órgãos municipais, desencadeados pelos funcionários, conforme veremos na realidade apresentada nesse estudo.

Conforme constatado por Arruda (2011, p. 44),

[...] em alguns municípios brasileiros, leis e programas sobre agricultura urbana e periurbana já foram aprovados ou estão tramitando pelas câmaras municipais. Em outros municípios o assunto já ganha destaque em seminários (envolvendo vários pesquisadores, técnicos de instituições de pesquisa e financiamento), lideranças comunitárias e projetos.

Embora seja perceptível a existência dessas ações governamentais tanto em nível nacional quanto estadual, ainda encontra-se um *déficit* no tratamento da agricultura urbana no país, principalmente no que se refere aos recursos destinados a esses programas. Conforme Mascaró, Acunha e Paggotto (2017), no Brasil “cada cidade é autônoma, permitindo-lhes executar programas específicos [...]” (p. 24), no entanto, a necessidade de uma grande política em âmbito regional e federal, revela a dificuldade de tornar as políticas municipais possíveis.

1.5. Dimensão econômica da agricultura urbana

Ao longo da discussão anterior, apresentou-se a multiplicidade de dimensões que a agricultura urbana pode apresentar em relação a sua prática nas mais diferentes tipologias de cidades. Do ponto de vista social, a atividade pode oferecer condições aos seus praticantes em situação de pobreza extrema, como alternativa para tentar sanar a questão da fome e da insegurança alimentar nas periferias urbanas dos países pobres, produzindo seus próprios alimentos com os nutrientes necessários para suplementar a dieta dessa população. Destacou-se também o elemento terapêutico que está intrínseco a sua prática, como no cultivo de plantas medicinais ou no estímulo às pessoas em situação de vulnerabilidade nas cidades, como dependentes químicos.

No entanto, a agricultura urbana possui também um importante fator econômico na geração de emprego e renda para a população pobre urbana que a pratica. Para esses habitantes, sobretudo de países da Ásia, África e América Latina, a atividade é associada em larga escala como uma “oportunidade de subsistência e por funcionar como uma rede de proteção em momentos de crise econômica” (FAO, 2009, p. 04).

As práticas agrícolas urbanas revelam uma contribuição na “construção da autonomia dos sujeitos, pois promovem o cultivo de alimentos e democratizam o acesso aos alimentos, aos remédios e à renda (monetária e não monetária) na cidade, onde tudo deve ser comprado” (COUTINHO; COSTA, 2011, p.83).

Nesse sentido, faz-se necessário discorrer sobre essa dimensão sob dois aspectos: o do acesso aos mercados de comercialização e o da geração de emprego e renda. Em virtude da ausência de um mercado específico para os produtores da agricultura urbana, como no caso

dos produtores rurais, e da regulamentação dessa prática por parte de alguns governos, a maioria desses produtos são vendidos nos canais de comercialização informal.

Algumas formas de comercialização informal são usualmente verificadas nas cidades interioranas, como é o caso do município em estudo. A primeira delas é a porta a porta, onde frequentemente algum vendedor ou o próprio produtor sai as ruas com carrinhos de mão (Foto 1) ou em automóveis anunciando a venda de seus produtos.

Foto 1- Comercialização de verduras porta a porta através de um carrinho de mão em Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Não é difícil encontrar também placas como “Vendem-se verduras” ou outro tipo de produto cultivado naquela residência ou produzido de forma artesanal, em casas ou chácaras dentro do perímetro urbano (Foto 2). Assim, identificamos mais de uma forma de comércio informal que consiste naquela onde o produto é adquirido na própria residência ou terreno do produtor. Esse tipo de comercialização apresenta um dos princípios básicos dessa

prática, que é estreitar a relação entre produtor e consumidor, favorecendo, assim, que o último tenha uma maior participação ao adquirir seu produto, no sentido da aproximação com o local onde se cultivam os produtos e com aqueles que praticam essa atividade.

Foto 2 - Comercialização de verduras em uma residência no município de Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

De acordo com a FAO (2009), “a renda gerada pelo setor informal é frequentemente equivalente ou maior que o salário mínimo oficial” (p. 04), o que contribui na agregação de renda de seus praticantes, sobretudo em situação de pobreza.

Na questão da geração de emprego, além de uma alternativa para os altos níveis de desemprego, destacamos o fato de que esta atividade “oferece oportunidade de emprego para um segmento na qual praticamente não há obstáculo quanto à exigência de experiência para a entrada de novos trabalhadores [...]” (FAO, 1999, n.p.). Dessa forma, as atividades agrícolas no meio urbano contribuem para a integração (ou reintegração) econômica de idosos, deficientes físicos e mentais, dependentes químicos, pessoas com HIV/AIDS e jovens, buscando reduzir a vulnerabilidade destes indivíduos marginalizados pela sociedade e apresentar alternativas para sua sobrevivência.

No âmbito deste estudo, buscamos identificar, através das mais variadas práticas de agricultura urbana desenvolvidas no município de Pirapozinho, como essas têm contribuído na geração de emprego e renda para a população envolvida com a atividade.

1.6. Contribuições da agricultura urbana para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Desde o advento da discussão acerca de sua prática, a agricultura urbana é tida como uma alternativa de redução da pobreza urbana e da situação de insegurança alimentar nos países em desenvolvimento. Dessa forma tem sido frequentemente associada à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que, nos aparatos legais, é caracterizada como o “direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 2006, n.p.).

Para a FAO (2012, p. 5), “segurança alimentar significa que as pessoas podem produzir suficientes alimentos, ou comprá-los, para satisfazer suas necessidades diárias a fim de levar uma vida ativa e saudável”, o que revela que o termo vai além da questão da “sanidade dos alimentos”, conforme é erroneamente associado pela população em geral.

Em nível mundial, sobretudo no continente europeu, este conceito surge a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Neste momento de grande mobilização dos países, “sua origem esteve profundamente ligada à ideia de segurança nacional e à capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação de forma a não ficar vulnerável a possíveis cercos, embargos ou boicotes de motivação política ou militar” (LIMA; SAMPAIO, 2015, p. 97).

O debate acerca desse direito básico do ser humano ganha efervescência no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o “surgimento da FAO/ Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945, e da Organização Mundial da Saúde/OMS (1948)” (LIMA; SAMPAIO, 2015, p. 98), a partir dos quais começam-se a discutir alternativas de reconstrução dos países atingidos pela guerra e, sobretudo, de como tratar a situação de insegurança alimentar a que estavam submetidos os países em níveis extremos de pobreza.

No Brasil, “as primeiras referências documentais sobre a Segurança Alimentar, registradas pelo Ministério da Agricultura, datam de 1985” (LIMA; SAMPAIO, 2015, p. 101), durante o Governo de José Sarney. Porém, é na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 2004, que se começa a associá-la com a agricultura urbana e periurbana, acompanhando o debate já iniciado pela FAO.

Entre as características essenciais para se garantir a segurança alimentar urbana está o “suprimento constante de alimentos nutritivos e seguros durante todo o ano” (FAO, 2009, p.3). Esta produção pode ser propiciada pela agricultura urbana, por se tratar de uma prática de cultivo intensivo, desenvolvida em proximidade entre produtores e consumidores

nos quintais das residências, em terrenos ociosos ou mesmo em projetos comunitários desenvolvidos pelo poder público ou por instituições em geral onde ela é praticada.

Outra contribuição em vias de garantir a segurança alimentar da população refere-se ao acesso em termos econômicos a esses alimentos. Conforme a FAO (2012, p. 05), “as famílias urbanas pobres gastam até 80% de sua renda em alimentos, o que os torna muito vulneráveis quando os preços dos alimentos sobem ou sua renda diminui”. Nesse sentido, as práticas agrícolas urbanas contribuem na redução expressiva dos custos da produção, possibilitando a autonomia dos seus praticantes no cultivo de alimentos necessários para suprirem suas carências alimentares, além de suplementar a renda familiar com a comercialização do excedente, com valores monetários acessíveis para a população do mesmo segmento social, de acordo com o que discutiremos a seguir.

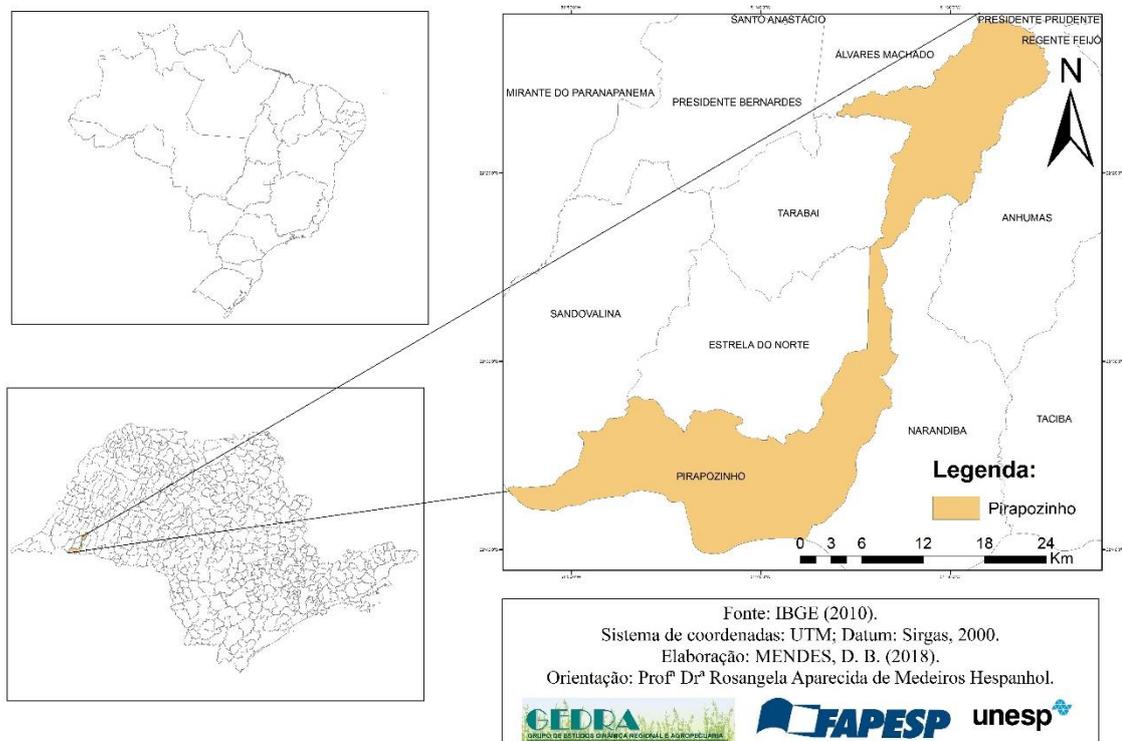
Em suma, esta prática “aumenta a quantidade de comida disponível para os pobres urbanos e aumenta a frescura dos alimentos perecíveis atingindo os consumidores urbanos, aumentando a variedade geral e o valor nutricional dos alimentos disponíveis” (FAO, 1999, n.p.). Para a Organização, tudo isso depende da qualidade da assistência técnica prestada para os praticantes de agricultura urbana e do acesso às condições básicas para a produção, como terra e água, além do conhecimento necessário sobre “os potenciais riscos à saúde causados pelo uso de esgotos e agroquímicos, manuseio inadequado de alimentos, poluição urbana e a criação de animais próxima a pessoas, juntamente com a falta de saneamento” (FAO, 2009, p.4).

Nesse sentido, buscamos verificar neste estudo de que forma a produção agrícola urbana tem contribuído na garantia da segurança alimentar e nutricional da população do município de Pirapozinho, em termos de facilidade no acesso aos alimentos produzidos pelos praticantes de agricultura urbana, nos preços a que estão disponíveis esses produtos e em relação à variedade do que tem sido produzido, em qual quantidade e as condições gerais desses alimentos.

CAPÍTULO 2 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS

O município de Pirapozinho está localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo. Pertencente à Região Administrativa de Presidente Prudente do Estado de São Paulo, a qual possui como sede a cidade de Presidente Prudente, em 2010, o município contava com população total de 24.694 habitantes, conforme os dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em decorrência da ausência de um censo demográfico nos últimos anos, a Fundação SEADE estima que, no ano de 2018, o município conta com uma população total de 26.709 habitantes.

Mapa 1- Localização do município de Pirapozinho no Estado de São Paulo, 2018.



A formação deste município tem sua gênese no ano de 1933, quando se inicia o loteamento e a venda de terrenos e, conseqüentemente, a povoação nessas terras ainda ligadas ao município de Presidente Prudente, criado em 1917, sendo denominado inicialmente como Patrimônio de São João, que se tornou o seu padroeiro posteriormente.

Os primeiros habitantes vinham “principalmente de Minas Gerais e de outras regiões de São Paulo” (IBGE, [20-]), sendo atraídos para o vilarejo por se tratar de um lugar de passagem para Presidente Prudente, que já se constituía como um forte polo de serviços para a região. Nesse momento, “[...] acelerou-se a colonização com o desenvolvimento do

comércio e a conseqüente formação de propriedades agrícolas nas imediações” (CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO, [20-]).

Diante disso, no ano de 1936, o vilarejo foi elevado à distrito de paz “pertencente a Presidente Prudente já com o nome de Pirapozinho, em virtude do ribeirão do mesmo nome” (IBGE, [20-]) que está localizado no seu território. Devido ao desenvolvimento comercial e agrícola que vinha se destacando o então distrito, este torna-se um município autônomo pela Lei Estadual nº 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembrando-se de Presidente Prudente.

Sua instalação se deu de fato no dia 9 de abril de 1949, na ocasião da Sessão de Instalação do Município de Pirapozinho, quando foi empossado como prefeito o Sr. Manoel Marques Silva, o primeiro prefeito da cidade. Desde então, nesta data é comemorado o aniversário de emancipação político-administrativa do município.

Neste momento, foram incorporados a Pirapozinho, os distritos de Estrela do Norte, Tarabai, Narandiba e Itororó do Paranapanema. Em fins da década de 1950 e de 1960, estes também ganharam autonomia, tornando-se municípios, exceto Itororó do Paranapanema que permanece como o único distrito de Pirapozinho, na última “divisão territorial datada de 15-VII-1999” (IBGE, [20-]).

Quadro 1 – Evolução demográfica total urbana e rural, e grau de urbanização do município de Pirapozinho, 1950-2010.

| | População Total | População Urbana | População Rural | Grau de Urbanização (%) |
|-------------|------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------------------|
| 1950 | 28666 | 2378 | 25711 | 10,3 |
| 1960 | 28073 | 2689 | 20418 | 9,57 |
| 1970 | 16014 | 8563 | 7133 | 53,47 |
| 1980 | 17462 | 13883 | 3579 | 80,03 |
| 1990 | 20676 | 18545 | 2131 | 89,69 |
| 2000 | 22093 | 20705 | 1388 | 93,72 |
| 2010 | 24671 | 23440 | 1231 | 95,01 |

Fonte: SPOSITO (1982); Censos Demográficos do IBGE (1980, 1990, 2000 e 2010). Org.: Daiara Batista Mendes

Analisamos, com base nos dados apresentados no quadro 1, que a partir da década de 1960, que conseqüentemente corresponde ao período marcado pelo declínio das atividades agrícolas na região, percebe-se uma expressiva diminuição da população rural e o aumento da população urbana no município, em decorrência do processo de êxodo rural. Verifica-se também nesse período (de 1960 para 1970) o desmembramento dos recém-criados municípios de Tarabai (1965), Estrela do Norte (1964) e Narandiba (1964), o que ocasionou uma drástica queda na população total do município.

Quanto ao grau de urbanização do município, observamos um *boom* na urbanização do município em fins da década de 1980 e início da década de 1990, período no qual Gomes (1998) ressalta que Pirapozinho teve sua maior expansão territorial, com o surgimento de novos loteamentos e dos primeiros conjuntos habitacionais de casas populares na cidade.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas no município neste momento de forte urbanização, estas “vão se concentrando na área central da cidade, ao passo que nas últimas décadas (80 e 90) tais atividades vão sendo distribuídas pelos bairros” (GOMES, 1998, p. 55).

As principais atividades econômicas do município de Pirapozinho foram, por bastante tempo, a pecuária e a agricultura. No entanto, a partir do êxodo rural alavancado nas últimas décadas, sua população assistiu ao desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços, que empregam grande parte dela, conforme destaca Gomes (1998).

Neste processo, não se descarta a importância da participação das propriedades agrícolas na economia do município, visto que a região ao qual pertence especializa-se no ramo agropecuário e por sua população ter fortes vínculos com o rural.

Segundo dados do IBGE, em 2015, o salário médio mensal da população de Pirapozinho era de dois (2) salários mínimos² e cerca de 22% de sua população total se encontrava empregada, seja no próprio município ou nos municípios do seu entorno, sobretudo em Presidente Prudente.

Por se tratar da “capital regional”, Presidente Prudente, a sede da Região Administrativa do Estado de São Paulo, apresenta um grau de influência muito forte em relação aos municípios em seu entorno, como é o caso de Pirapozinho. Conforme Aristides (2013, p. 114), “isso ocorre tanto do ponto de vista dos fluxos, por motivo de trabalho, lazer e estudos, como também do consumo”.

² No ano de 2015, o salário mínimo era de R\$ 788,00.

No entanto, Pirapozinho também é tido como referência no oferecimento de empregos e serviços e por se constituir como um centro de compras para os municípios em seu entorno, como Estrela do Norte, Sandovalina, Narandiba e Tarabai.

2.1. A agricultura no município de Pirapozinho

Desde o seu surgimento, a agricultura se constituiu como a principal atividade econômica desenvolvida pela população do município, visto que a instalação dos primeiros habitantes se deu em áreas rurais, oferecendo a estes migrantes advindos, sobretudo, de Minas Gerais, de alguns estados do Nordeste, bem como de outras regiões do estado de São Paulo, uma oportunidade de trabalho nas lavouras, “já que a área ainda não tinha sido povoada e provia de ótimas condições para o cultivo de produtos agrícolas [...]” (ARISTIDES, 2013, p. 112).

Entre as décadas de 1950 e 1960, os principais produtos cultivados eram o café, o amendoim, o milho e o algodão, sobretudo os primeiros, que eram oferecidos como “matéria-prima para as indústrias que se instalavam no entorno do município” (ANDRADE; HESPANHOL, 2010, p. 06). Conforme destaca Gomes (1998), a partir deste momento começam a serem instaladas “muitas máquinas de beneficiamento na cidade, em sua maioria de capital estrangeiro, formando o primeiro aparelhamento que deu início a um processo de industrialização” (p.41).

Em fins da década de 1960, as atividades agrícolas começam a entrar em decadência, principalmente diante do cenário de uma modernização conservadora³ no campo brasileiro. Neste momento, “a produção mostrou-se mais onerosa, especialmente para pequenos agricultores, redundando na expansão das pastagens” (ANDRADE; HESPANHOL, 2010, p. 06), o que ocasionou na difusão da pecuária em toda a região. Esta tomou o lugar de destaque da agricultura e tornou-se uma das principais atividades econômicas, alavancando a “instalação de frigoríficos na região e também em Pirapozinho” (GOMES, 1998, p.44).

Atualmente, do ponto de vista agrícola, “o uso e ocupação do solo do município de Pirapozinho, se dá, em sua maior parte, por pastagens e culturas temporárias” (CIPP, 2014), dentre estas enfatiza-se o forte papel da cana-de-açúcar em virtude da expansão da atividade na região pelo fato de muitas usinas de açúcar e álcool terem se instalado nos seus arredores nos últimos anos.

³ A modernização conservadora da agricultura brasileira foi um processo que se acentuou no Brasil no período “do regime militar atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 61).

Em relação ao tamanho das propriedades, destaca-se “que a maior parte dos extratos municipais é de propriedades de pequeno (até 20 hectares) e médio porte (20 a 50 hectares)⁴” (CIPP, 2014). Diante desta constatação, inferimos a importante participação dos pequenos produtores como os principais provedores de alimentos para o abastecimento da população. Estes recebiam estímulo, sobretudo, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que atuou de maneira mais efetiva no município, conforme informações obtidas nas entrevistas com a nutricionista da Cozinha Piloto e com o gerente de um dos principais supermercados instalados na cidade.

Outras atividades agrícolas também desenvolvidas no município são as práticas da suinocultura, avicultura, apicultura e da criação de bicho-da-seda. Entretanto, em virtude da agricultura urbana, que é o foco desta pesquisa, se voltar em grande parte para a produção de hortícolas, legumes e frutas, nos atentaremos para as características da olericultura⁵ desenvolvida na área de estudo.

Segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pirapozinho (2010), a sua produção é de mão de obra familiar e comercializada nos supermercados, quitandas, lanchonetes e feiras do município e de cidades vizinhas, além disso “existe a comercialização dos produtos também com os Box do entreposto da CEAGESP de Presidente Prudente” (CATI, 2010, p.22).

Entre as contribuições apresentadas pela atividade, destaca-se a “renda diária ou mensal; facilidade de comercialização; disponibilidade de tecnologia a baixos custos; diversidade de produtos; pequenas áreas; agricultura familiar; e, a fixação do produtor e seus familiares no campo” (CATI, 2010, p.19). A ausência de conhecimentos técnicos, o uso indiscriminado da água na produção, as dificuldades na conservação dos produtos e a necessidade de agregar valor à produção a partir da criação de uma associação de produtores e de uma empresa de distribuição, visto que essa é feita pelos próprios produtores, são algumas das questões também levantadas sobre a cadeia da olericultura no referido Plano.

Nesse sentido, analisamos que, embora com o enfraquecimento das atividades agrícolas na década de 1960, elas ainda permanecem bastante atuantes em termos econômicos no município, tornando-se uma importante alternativa para a população rural e urbana, conforme discorreremos nesse estudo.

⁴ Classificação das Unidades de Produção Agrícolas (UPAs) de acordo com os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA).

⁵ Halberstadt (2016, n.p.) caracteriza a olericultura como “um dos ramos da horticultura que trata da produção e exploração de oleráceas e/ou hortaliças, por exemplo, alface, cenoura, chuchu, repolho, tomate, couve, beterraba, dentre outros”.

É diante do cenário de expansão do processo de urbanização do município, com aumento da população nas cidades, que estas passam a praticar a agricultura (cultivo, criação de animais de pequeno porte etc.) nos pequenos espaços ociosos presentes no interior da cidade, para manter o vínculo com o rural e garantir alimentos frescos e de qualidade, produzidos por eles próprios, além de suplementar a renda monetária das famílias.

Dessa forma, embora não seja apresentada no Plano, no município desenvolve-se também diferentes iniciativas de agricultura urbana, na qual a produção baseia-se sobretudo no cultivo de hortaliças, legumes e frutas, seja nos quintais das residências; em escolas de educação infantil, como parte de atividades de educação alimentar e nutricional, ou para suplementar a merenda escolar; como elemento terapêutico no tratamento de dependentes químicos; entre outras práticas.

Com a produção voltada ao autoconsumo ou à comercialização, essa prática tem se constituído como uma maneira de obter o acesso rápido a produtos de qualidade, visto sua proximidade com o consumidor que, na maioria das vezes, vive na cidade, por meio de formas de comercialização informal, uma vez que a atividade não é regulamentada no município, sendo desenvolvida principalmente pelo segmento pobre da população pirapozense, além daqueles que fazem dessa uma terapia e uma atividade de lazer.

É nesse sentido que a presente pesquisa se volta a identificar as diferentes práticas de agricultura urbana desenvolvidas na cidade e seu papel na garantia da segurança alimentar e na geração de renda, bem como sua dimensão social, ambiental e econômica para a área e a população que a desempenha.

2.2. A agricultura urbana em Pirapozinho sob a perspectiva das políticas públicas e ações da administração local voltadas à sua prática no município

Na fase inicial da pesquisa nos preocupamos em traçar um panorama a respeito da prática da agricultura urbana em Pirapozinho, a partir da visão de diferentes agentes (engenheira ambiental, agrônomo, nutricionista, vereador e gerentes de supermercados) sob como ela tem sido tratada no âmbito da gestão do município. Neste momento, traremos uma análise dos resultados obtidos nessas entrevistas, a luz dos principais autores que tratam dessa questão.

Em relação ao conhecimento que estes têm das práticas agrícolas desenvolvidas dentro do perímetro urbano de Pirapozinho, destacamos que a maioria deles são advindos da vivência desses agentes no município e não baseados em estudos e mapeamentos realizados

por meio de ações governamentais na área. Durante as entrevistas, muitos deles citam que há diversos casos espalhados pela cidade, porém, que não são catalogados ou cadastrados.

O caso mais emblemático caracterizado como prática de agricultura urbana no município ocorre em uma área próxima ao Parque do Povo (Foto 3), na qual se encontra uma horta urbana, que é considerada como a principal atividade econômica para os seus envolvidos, com uma produção voltada especialmente para a comercialização, conforme aponta a engenheira ambiental da Prefeitura Municipal.

Foto 3 – Prática de agricultura urbana em uma área próxima ao Parque do Povo de Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (outubro de 2017). Arquivo pessoal.

Segundo o engenheiro agrônomo responsável pela Casa da Agricultura do município, os praticantes de agricultura urbana não vão buscar ajuda no órgão, assim como a maioria dos produtores rurais, e, conseqüentemente, nenhuma assistência é prestada a eles.

Os cursos que visam ao aprimoramento das práticas agrícolas por parte dos agricultores, sobretudo rurais, são oferecidos no município pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), vinculado ao Sindicato Rural, conforme informado pela engenheira ambiental entrevistada, a partir das ações de uma usina de açúcar e álcool, localizada no distrito de Itororó do Paranapanema pertencente à Pirapozinho, buscando cumprir sua responsabilidade socioambiental com o município. Entre os cursos já promovidos por esses órgãos está o Programa de Horta Orgânica, ocorrido no ano de 2013, a partir do qual os produtores, majoritariamente, rurais, se aprofundaram em técnicas de “adubação verde, adubo

orgânico, análise de solo, compostagem, estufa, plantio e lida com a horta” (PORTAL INDEPENDENTE, 2013).

Quanto à instalação de hortas comunitárias em estabelecimentos públicos, sobretudo de ensino no município, a engenheira destaca que, no ano de 2017, houve a implantação de uma horta na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Aparecida Claro Assef, do Parque Residencial Natal Marrafon, pelos alunos do maternal I e II com o apoio das professoras e demais funcionárias da creche. Entretanto, segundo a entrevistada, no mesmo ano, a unidade de ensino sofreu uma inundação que culminou com a perda dos produtos cultivados pelas crianças.

Foto 4 – Crianças participando das etapas do cultivo na EMEI Aparecida Claro Assef.



Fonte: Prefeitura Municipal de Pirapozinho, 2017.

Ela cita também a falta de colaboração por parte dos funcionários desses estabelecimentos de ensino para a continuidade do projeto, alegando que há a iniciativa no município para a sua realização, porém, aqueles que os gerenciam não se preocupam com os cuidados com a horta posteriormente.

A respeito desta dificuldade encontrada, Santos (2011, p. 179) reitera que “esse projeto, além de viável tecnicamente, social e economicamente, deve apresentar o critério da permanência, relacionado à sustentação das atividades após o término do período de suporte técnico”, a fim de que sejam atingidos os objetivos ambientais e sem perder os fins educativos destas atividades na geração de uma consciência destes estudantes, desde a primeira infância,

em relação ao estímulo da produção dos próprios alimentos e de produtos saudáveis para suplementar a dieta das famílias.

Em relação às atividades de educação ambiental que têm sido desenvolvidas nas escolas de ensino fundamental, estas fazem parte do Programa Município Verde Azul⁶, promovendo plantios de mudas de árvores em áreas verdes e visitas às estações de tratamento de água e esgoto do município. A engenheira alega que atualmente essas atividades têm tido como foco os resíduos sólidos, por conta do projeto de implantação da coleta seletiva no município.

Levando em consideração que a merenda escolar é elaborada de forma centralizada e descentralizada no município (por uma cozinha central e pelas unidades de educação infantil), a nutricionista responsável pela alimentação escolar no município apresenta que na EMEI Idário Marrafon, localizada no Conjunto Habitacional Dalva Cristovan, as profissionais que prepararam a alimentação servida aos estudantes montaram uma “hortinha” que serve para o cultivo de hortaliças e temperos que são incorporados à merenda.

Foto 5 – Horta desenvolvida na EMEI Idário Marrafon.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

⁶ O objetivo principal desse programa do governo estadual de São Paulo é “estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 2007, n.p.).

No entanto, a entrevistada alega não ter conhecimento de outros projetos de hortas nas unidades escolares desenvolvidas pelos próprios alunos e que as atividades de educação alimentar e nutricional são de responsabilidade estritamente dos professores nas salas de aula, uma vez que ela é a única nutricionista responsável pela alimentação escolar no município e esse trabalho em todas as escolas do município seria inviável.

Acompanhando o período político em que as atenções governamentais estavam voltadas ao combate à fome e à pobreza, em 2004, criou-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do município de Pirapozinho (Anexo 2) buscando:

[...] estabelecer diálogo permanente entre o governo municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a prefeitura do município de Pirapozinho na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação (PIRAPOZINHO, 2004, n.p.).

De acordo com a nutricionista entrevistada, que fez parte do Conselho desenvolvendo, a partir dele, diversas atividades como fóruns, palestras, Semana da Alimentação etc., afirmou, no momento da entrevista (junho de 2018), que este Conselho (COMSEA) não estava ativo, estacionando, assim, as discussões a respeito desse direito básico do ser humano no município em questão.

No ano de 2010, foi criado, por meio da lei nº 3.673/10, o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana no município de Pirapozinho (Anexo 1), a partir do qual seriam implantadas hortas comunitárias em áreas ociosas públicas e privadas, como uma ação conjunta entre a Prefeitura Municipal e entidades sociais do município, tendo como pressupostos:

- I – a garantia de assistência técnica e pesquisa pública direcionadas ao bom desempenho do programa;
- II – incentivo para a consolidação de formas solidárias de produção e comercialização dos produtos;
- III – o incentivo para a formação de cooperativas de produção e de comercialização dos produtos;
- IV – formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos;
- V – a criação de centrais de compra e distribuição dos produtos;
- VI – a aproximação de produtores e consumidores de uma mesma região;
- VII – a compra de produtos do programa para abastecimento das escolas municipais, creches, asilos, restaurantes populares, hospitais e entidades assistenciais. (PIRAPOZINHO, 2010, p. 2)

Em entrevista com o vereador que criou o projeto de lei que instituiu o Programa, constatou-se que este também não foi implementado de fato, pois “não houve nenhuma

iniciativa da parte governamental, principalmente, para poder colocar esse Programa em atividade” (Depoimento oral, entrevista realizada em junho de 2018).

Quanto às motivações que o levaram a propor o projeto em sua implementação, o vereador citou a política do Governo Federal da época, o qual, a partir das ações do Programa Fome Zero, apresentava a agricultura urbana como uma alternativa de “geração de emprego, geração de renda e combate à fome e à miséria” (Depoimento oral, entrevista realizada em junho de 2018). Verificou-se, também, nesse processo de elaboração do projeto, as mais variadas práticas já desenvolvidas no município e a possibilidade de incrementá-las para ter acesso aos canais de comercialização, como feiras livres e os supermercados do município e de seu entorno.

Após a instituição do programa, foi criado em 2014 o projeto de implantação de uma horta comunitária na Estratégia de Saúde da Família (ESF) V, da Vila Santa Rosa, como ação do Fundo Social de Pirapozinho, a fim de promover “um espaço de produção, humanização, socialização, convivência e estímulo a alimentação saudável, operando mudanças sociais e na qualidade de vida, resultando impactos positivos na saúde da população” (PORTAL INDEPENDENTE, 2014). No entanto, o projeto também não foi posto em prática.

Nas legislações municipais, a necessidade da implantação de uma horta comunitária para atender a famílias necessitadas faz parte do Programa de Governo do município desde o ano de 2004, como uma ação a ser desenvolvida pelo Setor da Agricultura (PIRAPOZINHO, 2003, p.17), mas, até o presente momento (2018), essas tentativas não foram postas em prática.

Com a ausência dessa política e da efetivação destas iniciativas da administração local, constatamos nas entrevistas, tanto de com um dos gerentes dos principais supermercados, quanto com a nutricionista da Cozinha Piloto do município, que eles trabalham apenas com produtores rurais e, nesse primeiro caso, apenas na parte das hortaliças, pois o restante vem da CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) de Presidente Prudente. Nesse sentido, o gerente de um dos supermercados do município aponta a falta de estímulo aos pequenos produtores locais, ao passo que os incentivos são destinados em larga escala para os grandes produtores nacionais, o que leva ao fato da maioria dos produtos virem das grandes capitais do país, evidenciando a importância de políticas criadas para fomentar a comercialização de produtos cultivados no próprio município nos estabelecimentos locais.

Essa ausência de ações governamentais efetivas leva muitos dos envolvidos nas práticas da agricultura urbana a viverem na informalidade, tornando-se, assim,

[...] atividades inseguras para os horticultores porque os projetos: a) dependem da vontade política momentânea dos governantes nos casos onde há subsídios governamentais envolvidos; b) sofrem pressões provenientes da expansão urbana desordenada dos municípios, o que afeta a área disponível para cultivo; c) têm dificuldades para a formação de parcerias, o que dificulta o acesso a recursos financeiros para custeio e/ou investimento; d) têm dificuldades ao crédito oficial, como por exemplo o PRONAF, devido à falta de regulamentação da posse da terra; e) têm dificuldades para criar incentivos para a realização de investimentos por parte dos horticultores urbanos (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011, p. 424).

Em relação à merenda escolar, conforme informação fornecida pela nutricionista da prefeitura municipal, foi estabelecida pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, do governo federal que, no mínimo, 30% da verba destinada a esse fim pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE), fosse utilizada na aquisição de verduras, legumes e frutas produzidas pelos agricultores familiares do município, a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para a engenheira ambiental da Prefeitura, em consonância com as resoluções previstas por essa lei federal, essa ação evidencia a preocupação da administração municipal com a segurança alimentar e nutricional da população e a qualidade dos alimentos ingeridos por parte dos estudantes, embora não abranja os produtores urbanos.

Do ponto de vista ambiental, a engenheira revela que há um “pensamento atrasado” em relação à utilização de defensivos agrícolas, como pesticidas e fungicidas, no cultivo de alimentos até mesmo dentro do perímetro urbano, trazendo intensos impactos para a área onde são aplicados, principalmente pela proximidade com as residências, como constataremos no caso de um dos praticantes de agricultura urbana entrevistados.

Já a nutricionista alega, talvez por se considerar “leiga” no assunto, ter “um pouco de medo” em relação à produção de alimentos dentro das cidades, principalmente para a utilização na merenda escolar, citando como exemplo o caso dos esgotos, que embora na cidade tenha uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), em algumas partes do país ainda encontra-se à céu aberto.

Por fim, baseados em suas percepções pessoais, os entrevistados pontuam alguns aspectos relevantes da produção de alimentos nas cidades, sendo eles: a qualidade do produto com um preço acessível; o seu fácil acesso, gerando uma aproximação maior entre produtor e consumidor; se constituir como uma alternativa para suprir as deficiências nutricionais da população; ser uma ação mitigadora para o combate dos níveis alarmantes de desemprego no país; propiciar a reutilização de terrenos baldios, que são foco principal de dengue; entre

outros que revelam a importância dessa atividade para esses agentes, embora a prática não seja estimulada no município.

Com base na análise das entrevistas e das informações levantadas sobre as práticas agrícolas urbanas no município de Pirapozinho, encontramos as dificuldades entre a necessidade de fazê-la e a iniciativa para pô-la em prática. Talvez pelos benefícios econômicos pouco expressivos para o município, não tem sido dado o devido valor à essas práticas como alternativas ao acesso aos alimentos e contribuição na renda de famílias carentes, nem sido pensada do ponto de vista terapêutico, entretenimento ou como perpetuação dos costumes tradicionais do campo, levando em consideração que a população é formada majoritariamente por antigos moradores do campo.

Dessa forma, a partir da caracterização da área de estudos e do panorama geral da prática da agricultura urbana, de acordo com a visão de agentes públicos, nos voltaremos a uma análise da prática em si, sob a ótica dos seus praticantes, a fim de apreendermos a organização desta atividade no município.

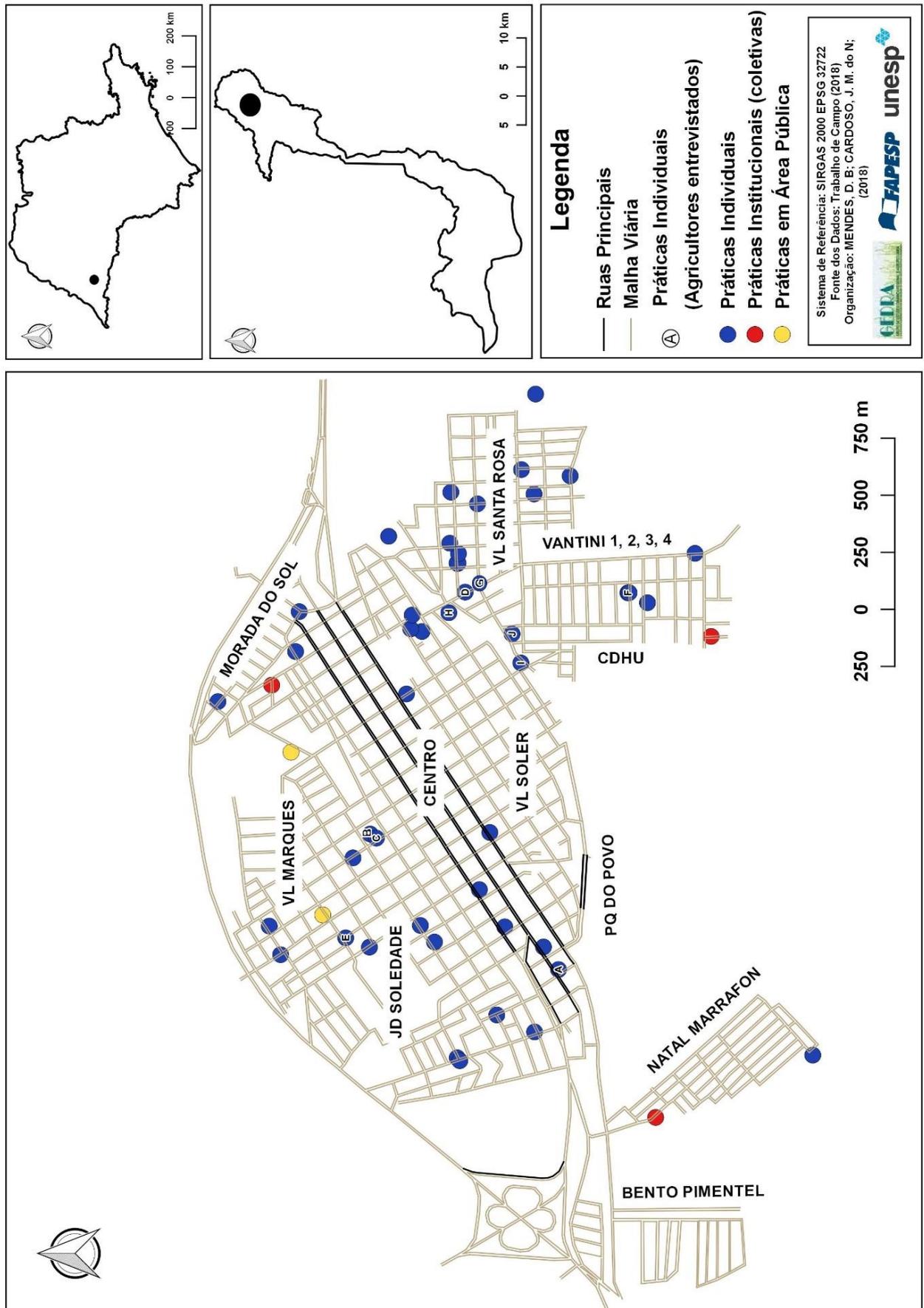
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP

Neste capítulo buscaremos apresentar os resultados e discussões das pesquisas de campo realizadas no âmbito deste estudo, a partir das quais nos propomos em identificar as diferentes práticas agrícolas urbanas no município de Pirapozinho e suas contribuições no que tange à geração de renda e à segurança alimentar da população envolvida na sua produção, com base nos objetivos já delimitados para este estudo, além de outras dimensões desta prática na cidade que surgiram no decorrer do trabalho.

As pesquisas de campo ocorreram em um período que compreende entre os dias 28 de setembro e 28 de outubro de 2018, no qual percorremos toda a área que compreende o perímetro urbano do município de Pirapozinho em busca de iniciativas individuais e/ou coletivas de agricultura urbana espalhadas em sua área de abrangência. Buscando compreender a dinâmica dessa prática e como ela está espacializada na cidade, nessa ocasião foram realizadas entrevistas com 10 praticantes de agricultura urbana localizados em diferentes pontos da cidade e em duas (2) instituições (educacional e terapêutica) que desenvolvem atividades agrícolas com fins específicos conforme o seu público-alvo, além do mapeamento, com o auxílio de um *GPS*, dos casos estudados e de demais iniciativas identificadas em campo (Mapa 2).

Nos subcapítulos que se sucedem apresentaremos o perfil desses praticantes, a organização da produção da agricultura urbana desenvolvida no município, as contribuições econômicas das práticas voltadas à comercialização, sua relação com a segurança alimentar e nutricional da população local e a dimensão educacional e terapêutica da agricultura urbana no município, com base nas experiências institucionais. Por fim, nesse momento, discutiremos os resultados das pesquisas de campo e das entrevistas com base no referencial teórico utilizado neste estudo.

Mapa 2 –Localização das práticas de agricultura urbana no município de Pirapozinho – São Paulo, 2018.



3.1. Perfil dos praticantes de agricultura urbana no município de Pirapozinho

Um dos objetivos específicos desta pesquisa se propõe a identificar o perfil e as motivações da população que desempenha práticas agrícolas urbanas no município. Dessa forma, a partir das informações levantadas em campo, nos propomos a traçar um perfil dos entrevistados a fim de obtermos um panorama das características principais dos moradores de Pirapozinho que desenvolvem essas atividades.

Foram entrevistados 10 praticantes de agricultura urbana com idades entre 47 e 79 anos, conforme apresentado no quadro 2, revelando uma expressiva participação da população de média e terceira idade nas iniciativas individuais, ao contrário do que será constatado nas iniciativas coletivas (institucionais) desenvolvidas no município, em que há um envolvimento maior de crianças e jovens.

Quadro 2 – Idades dos praticantes entrevistados no município de Pirapozinho/SP.

| Praticantes entrevistados | Idades (em anos) |
|----------------------------------|-------------------------|
| Entrevistado A | 53 |
| Entrevistado B | 77 |
| Entrevistado C | 47 |
| Entrevistada D | 60 |
| Entrevistado E | 60 |
| Entrevistada F | 79 |
| Entrevistado G | 62 |
| Entrevistado H | 71 |
| Entrevistada I | 71 |
| Entrevistado J | 51 |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

No que se refere à questão de gênero, ao contrário do que aponta a bibliografia, analisamos um forte protagonismo masculino nessas iniciativas, considerando que na amostra trabalhada de 10 praticantes foram entrevistados sete (7) homens, enquanto que apenas três (3) dessas práticas são desencadeadas por mulheres. Por se tratar de uma atividade predominantemente de base familiar, em dois desses casos em que há o protagonismo feminino (entrevistadas D e I), os esposos prestam um auxílio quanto à preparação do solo, limpeza da área, entre outros, enquanto ocorre o inverso, apenas o entrevistado H revela que sua esposa também o auxilia durante o cultivo.

Quanto ao nível de escolaridade desses praticantes de agricultura urbana do município de Pirapozinho, observamos que 50% dos entrevistados concluíram o ensino médio, enquanto 40% relataram não terem concluído o ensino fundamental, apontando como causas principais: a dificuldade de acesso à escola, em relação à distância entre suas moradias e a unidade escolar; a existência de uma avaliação para adentrar no antigo “ginásio”, o que

tornava o seu acesso ainda mais seletivo; e, a necessidade de optar pelo trabalho nas lavouras para auxiliar seus familiares, visto que esses vieram em sua maioria da zona rural, conforme discutiremos a seguir.

O tempo em que os entrevistados elencaram como do início de suas práticas agrícolas na cidade (Quadro 3), que variou de um a 30 anos, nos indica diferentes fatores que levaram ao surgimento dessas atividades no município. O primeiro deles refere-se ao êxodo rural, diante da premissa de que ao saírem do campo esses praticantes levaram consigo os antigos hábitos rurais e se viram na necessidade de perpetuá-los nos pequenos espaços disponibilizados a eles dentro da cidade. Isso é constatado por Vinholi (2011) que, em seu estudo sobre a agricultura urbana em Itajaí (SC), observa uma estreita relação entre essa prática e o êxodo rural, movimento alavancado no país na segunda metade do século XX.

Outro fator levado em consideração para o surgimento dessas atividades na cidade seria a possibilidade do praticante em adquirir a propriedade, aqui identificado pela obtenção ou arrendamento da área em que pratica essas atividades, seja ela o seu local de moradia, o terreno adquirido apenas para a prática da agricultura ou para outros fins.

Quadro 3 – Tempo da prática da agricultura urbana no município de Pirapozinho/SP.

| Praticantes entrevistados | Tempo da prática (em anos) |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| Entrevistado A | 12 |
| Entrevistado B | - |
| Entrevistado C | 5 |
| Entrevistada D | 30 |
| Entrevistado E | - |
| Entrevistada F | 19 |
| Entrevistado G | 1 |
| Entrevistado H | 10 |
| Entrevistada I | 3 |
| Entrevistado J | 1 |

*-: Não foi informado pelo entrevistado.

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Juntamente com o êxodo rural, a aposentadoria se constitui como um dos principais marcos para o início do desenvolvimento de práticas agrícolas nas cidades. Além do fato de encontrarem um tempo maior para dedicação a essas atividades, entre os aposentados - 40% dos entrevistados -, sobretudo de origem rural, há a necessidade massiva de se manterem ocupados para evitar que o ócio traga problemas de ordem física e psicológica, levando-os a desenvolverem diferentes atividades acessórias, tanto para agregação de renda familiar, quanto como terapia ocupacional e lazer. Este fato se comprova

se observarmos no quadro 4, onde nos propomos a apresentar as profissões dos entrevistados e suas principais motivações no que tange à prática da agricultura urbana no município.

Quadro 4 – Profissões e principais motivações dos entrevistados no desenvolvimento de práticas de agricultura urbana no município de Pirapozinho/SP.

| Praticantes entrevistados | Profissões | Motivações |
|----------------------------------|-------------------------------|--|
| Entrevistado A | Verdureiro | Agregação na renda familiar |
| Entrevistado B | Aposentado/Comerciante | Agregação na renda familiar e perpetuação dos hábitos rurais |
| Entrevistado C | Agricultor | Agregação na renda familiar |
| Entrevistada D | Costureira | Lazer |
| Entrevistado E | Funcionário público municipal | Saúde e lazer |
| Entrevistada F | Dona de casa/Aposentada | Agregação na renda familiar e terapia ocupacional |
| Entrevistado G | Aposentado/Comerciante | Terapia ocupacional |
| Entrevistado H | Aposentado | Agregação na renda familiar, lazer e terapia ocupacional |
| Entrevistada I | Comerciante | Lazer e terapia ocupacional |
| Entrevistado J | Investigador de polícia | Lazer |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Observamos que entre os entrevistados encontram-se quatro aposentados que fazem da prática da agricultura urbana uma forma de se manterem ativos tanto do ponto de vista físico e psicológico quanto da interação social, ao comercializarem os seus produtos nos mais diferentes meios de comercialização informal, conforme será discutido posteriormente, levando-os a estarem em constante contato com a população que consome os seus produtos, além da possibilidade de adquirirem uma renda extra. Destacamos também que entre esses casos de praticantes de agricultura urbana aposentados, encontram-se dois que, além da atividade agrícola, são comerciantes, atuando no ramo de produtos alimentícios (entrevistado B) e na revenda de gás de cozinha (entrevistado G).

De acordo com o entrevistado H:

A importância para mim é bastante porque é uma coisa que eu gosto. Então eu aposentei, depois que eu aposentei parei de trabalhar, achei vários serviços, mas eu não quis mexer. E eu gosto muito, toda vida, desde criança, eu fui criado na roça, depois que eu passei a trabalhar de empregado, cidade, essas coisas. Então eu gosto muito, é um hobby que eu tenho, que nem que eu não vendo, eu dou para um, para outro. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018)

Entre aqueles que ainda se encontram inseridos no mercado de trabalho, identificamos a presença dos que tem como profissão a própria prática da agricultura,

comercializando os produtos cultivados na área, como no caso do verdureiro (entrevistado A) e do agricultor (entrevistado C), e dos que possuem profissões totalmente diferentes dessa dinâmica (costureira, funcionário público municipal, comerciante e investigador de polícia) e que veem nesta atividade a possibilidade de encontrarem um “refúgio” ao chegar do trabalho e aos fins de semana.

Do ponto de vista terapêutico, segundo o entrevistado E:

[...] é enriquecedor esse trabalho manual de você cultivar a sua própria planta, desde a germinação até a colheita. Então isso daí é uma atividade que você enriquece, você gasta energia e você fica contente em ver a planta desenvolver. Isso é bom até para a mente, para o ser humano como um todo. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018)

Conforme o entrevistado G, sua iniciativa de produzir alimentos na cidade deriva da preocupação com a saúde do pai que possui idade avançada. Segundo ele, “ [...] eu faço isso daí por causa do meu pai, porque pela idade que ele tem, ele gosta de ficar mexendo numa coisa, em outra, não fica parado. Então lá é fazendo a muda, carpindo, molhando. Para ele é uma terapia” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Conforme já exposto, os entrevistados são, em sua totalidade, advindos do campo, tendo muito de sua prática ligada aos antigos hábitos rurais. Para Boukharaeva *et. al* (2007), nesse sentido a agricultura urbana está ligada à identidade do sujeito, correspondendo “ à natureza bio-sociocultural da pessoa e às suas necessidades mais profundas (ligação com a natureza, ...)” (p.14).

Essa constatação está bastante presente na narrativa desses sujeitos a respeito da origem do conhecimento das técnicas empregadas na produção agrícola urbana. Para o entrevistado A: “ aqui...é o jeito caipira de plantar. A gente tem uma compostagem, colocamos nos canteiros, batemos e plantamos” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Nesse mesmo sentido, o entrevistado J revela sobre sua prática informando que

[...] técnica de agricultura não tem muita, apesar que eu fui criado no sítio, então muita coisa você conhece. Agora você limpou a terra e plantou, aí vai adubo, vai esterco e a umidade da terra, faltou água você tem que estar colocando água (...). (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Verificamos muitos elementos da memória desses praticantes, de suas trajetórias de vida no campo, desde a tenra idade até a vida adulta, como expõe o entrevistado H:

Isso aqui já vem de família porque eu fui criado no sítio, meu pai tinha sítio perto de Anhumas. Então ‘a gente’ foi criado no sítio e de pequeno o meu pai já plantava horta, plantava lavoura e eu fui aprendendo. Depois casei e sai para as fazendas e uma hortinha sempre me acompanhava porque serve

para despesa da casa, evita estar comprando. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Para a entrevistada I, o conhecimento das técnicas de agricultura foi passado de gerações na sua família:

Eu acredito que veio do meu avô. Meu avô era *hortalista* (sic.), ele tinha sítio, ele plantava e eu via ele plantar repolho, verdura. Ele plantava para vender mesmo. Vendo de pequeninha, eu via ele plantando alho, plantando cebola, tudo (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A agricultura urbana, sobretudo no contexto familiar, “permite uma acumulação e uma transmissão da herança natural e cultural, material, mas também oral, o que nós chamamos aqui de transmissão de conhecimentos e de cultura” (BOUKHARAEVA et. al., 2007, p.16).

Um caso que merece destaque é o do entrevistado A, que considera sua origem como urbana pelo fato de sempre ter residido na área onde desenvolve suas atividades agrícolas na cidade, a qual localiza-se próximo ao Parque do Povo do município. Nesse sentido, conforme destaca Vinholi (2011, p.65),

[...] há casos que a agricultura urbana acontece em áreas que ainda são consideradas perímetro rural mas, em virtude da expansão da cidade, hoje são áreas periurbanas. Nesse caso não ocorreu a migração dos agricultores (as) familiares para áreas urbanas e, sim, sua permanência na área rural que se transformou em área periurbana pelo avanço da urbanização, dando sequência às práticas agrícolas que sempre realizaram.

Entretanto, no caso estudado, verifica-se a que área se tornou urbana em vista do município de Pirapozinho ter se urbanizado em todo seu redor, com o emprego de toda a infraestrutura urbana (asfalto, iluminação pública, etc.) necessária e incorporando-a ao perímetro urbano. Nesse sentido, a propriedade manteve suas características originais e desenvolvendo a mesma atividade produtiva, que, segundo o entrevistado, originou-se a cerca de 40 anos com seu pai e que hoje o mesmo dá prosseguimento.

Em suma, ao traçarmos um perfil dos praticantes de agricultura urbana podemos inferir as diferentes motivações que desencadeiam a prática de atividades agrícolas no meio urbano. Nesse estudo, damos destaque à origem rural, à aposentadoria, em alguns casos, e, à necessidade de manter uma alimentação saudável como alguns dos principais fatores que levaram ao desenvolvimento dessas práticas por parte dos entrevistados.

3.2. Organização da produção da agricultura urbana no município

Neste momento da explanação, com base nas informações levantadas em campo, discutiremos sobre como tem sido organizada a prática da agricultura urbana na área de estudo, quanto ao tipo de propriedade e de área onde é realizada, citando as diferentes iniciativas desenvolvidas nessas tipologias; aos tipos de alimentos produzidos; à mão de obra utilizada; às técnicas de adubação e controle de pragas; e, tantos outros aspectos que pairam a produção agrícola urbana na cidade, a fim de apreendermos a dinâmica desta atividade para o município e para a população inserida nessa prática.

Para iniciar essa discussão, partimos da perspectiva de Boukharaeva *et. al.* (2007) que distinguem a agricultura urbana em duas tipologias de natureza distinta. Segundo os autores, a primeira refere-se à:

[...] **agricultura urbana profissional (AUP) [ou comercial- AUC]** de agricultores e horticultores com pequenas áreas e elevados rendimentos, as cooperativas agrícolas, as empresas públicas e privadas ligadas ao agrobusiness, e os jardineiros familiares que transformam-se em empresas que produzem para o mercado (Ranasinghe, T.T. – 2003) onde a sua produção é destinada essencialmente à venda (p. 13 – grifos nossos).

Esta concepção engloba a prática da agricultura urbana com fins estritamente comerciais, em que os praticantes voltam a sua produção ou mesmo o excedente desta para a comercialização, visando à geração de emprego e renda para as famílias inseridas na produção. Esta dimensão será melhor discutida quando partirmos dos aspectos econômicos desta atividade no município, apresentando as cinco iniciativas com finalidade comercial identificadas nas pesquisas de campo.

Outra modalidade seria a **agricultura urbana familiar (AUF)**,

[...] das pessoas e das famílias que trabalham ao jardim ou nas hortas do fim de semana, durante os feriados ou tempo parcial livre: aposentados, pessoas no desemprego ou em situação de subemprego; trata-se de uma atividade principalmente não comercial cuja : 1) grande parte da produção é destinada ao autoconsumo e 2) a produção da AUF não se limita à produção alimentar, mas também tem caráter de identidade (BOUKHARAEVA *et. al.*, 2007, p.13).

A agricultura urbana nesta perspectiva estaria voltada para a segurança alimentar familiar e para o autoconsumo, sendo iniciativas geralmente desencadeadas por indivíduos que fazem desta uma atividade complementar às suas ocupações, além de ser vista como uma prática que combina “lazer, saúde física e psicológica, educação, hábitos de trabalhar e tratar a natureza” (BOUKHARAEVA *et. al.*, 2007, p.13). Nesta categoria podemos englobar todos os casos trabalhados neste estudo por se tratarem de iniciativas, em sua essência, ligadas à

preocupação com uma alimentação saudável, de modo a evitar as situações de insegurança alimentar.

Conforme Arruda (2011, p.41), ambas as modalidades podem coexistir, pois, conforme a realidade estudada, existem áreas onde os produtores além de se preocuparem com uma alimentação de qualidade e com quantidades suficientes para o suprimento das famílias, se voltam à comercialização, em pequena escala, do excedente gerado após o consumo.

Realizada esta distinção, discutiremos agora os tipos de propriedades e de áreas em que são desenvolvidas as atividades agrícolas urbanas em Pirapozinho. De acordo com o quadro 5, verificamos uma predominância de práticas em propriedades particulares, ou seja, de posse do próprio praticante.

Quadro 5 – Tipos de propriedades onde são desenvolvidas as práticas de agricultura urbana.

| Praticantes entrevistados | Propriedade |
|----------------------------------|--------------------|
| Entrevistado A | Particular |
| Entrevistado B | Particular |
| Entrevistado C | Arrendada |
| Entrevistada D | Particular |
| Entrevistado E | Particular/Pública |
| Entrevistada F | Particular |
| Entrevistado G | Particular |
| Entrevistado H | Particular |
| Entrevistada I | Arrendada |
| Entrevistado J | Particular |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Nessa modalidade encontramos no município diferentes iniciativas desenvolvidas seja nos quintais das próprias residências (Foto 6), em terrenos ociosos (Foto 7) ou adquiridos para finalidades comerciais (Foto 8) (como no caso do entrevistado G), ou até mesmo em propriedades de herança familiar do praticante.

Foto 6 – Cultivo de verduras no quintal da residência do entrevistado B.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Foto 7 – Prática de agricultura urbana no terreno do entrevistado J.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Foto 8 – Agricultura urbana desenvolvida com finalidade comercial pelo entrevistado A.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Os dois praticantes que desenvolvem suas práticas em propriedades arrendadas, adquiriram-nas para fins bastante específicos. No caso do entrevistado C, a necessidade da produção de alimentos na cidade voltada à comercialização, conforme já realiza em sua propriedade rural, foi o que o norteou a arrendar um terreno próximo à sua residência. Já a entrevistada I arrenda a propriedade para a instalação de seu estabelecimento comercial, onde cultiva alimentos e cria animais de pequeno porte no quintal.

Foto 9 - Cultivo em uma área arrendada pelo entrevistado C.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

A única prática agrícola urbana em área de propriedade pública foi constatada no caso do entrevistado E. Considerada uma ação pontual no município, o funcionário público que atua no ramo da vigilância sanitária desenvolve atividades em duas áreas sob as quais é responsável no município. A primeira delas é chamada pelo entrevistado de Eco Ponto, onde são abrigados materiais recicláveis coletados na cidade, como sofás, colchões, lixos eletrônicos (televisão, computadores, etc.), pneus e tantos outros resíduos que são destinados a esse local para, posteriormente, seguirem para empresas de reciclagem na região.

Foto 10 – Eco Ponto: área pública que abriga materiais recicláveis no município de Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Foto 11 – Cultivo de hortaliças no fundo de um sofá.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

A importância da produção de alimentos nesses espaços remete ao fato de que “a limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo a proliferação de vetores das principais doenças, como roedores e insetos” (MACHADO; MACHADO, 2002, p.10).

O funcionário público também realiza atividades de agricultura urbana em um depósito de materiais, desenvolvendo uma prática chamada, de acordo com o mesmo, de Farmácia Viva, onde são cultivados diversos tipos de ervas medicinais (Losna, Melissa, Guaco, Babosa, Hortelã, Capim-Santo, Boldo etc.)⁷. Este busca realizar também a revitalização para o plantio de um terreno baldio encontrado aos fundos dessa área, trazendo como benefícios “[...] além da gestão de resíduos urbanos (sólidos e orgânicos), o reflorestamento das cidades, a limpeza dos terrenos baldios, o uso adequado para áreas de risco, entre outros” (RIBEIRO et. al., 2012, p.382).

Foto 12– Revitalização de um terreno baldio para o cultivo de alimentos.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

As áreas utilizadas para o plantio geralmente não excedem 1.000 m², em exceção do caso do entrevistado A, que possui uma das mais expressivas áreas de produção agrícola urbana no município, e do entrevistado C, ambos com produção voltada à comercialização.

⁷ Seus nomes científicos são, respectivamente, *Artemisia absinthium*, *Melissa officinalis* L., *Mikania glomerata*, *Aloe vera*, *Plecthanthus amboinicus*, *Cymbopogon citratus* e *Plecthanthus barbatus* (GRANDI, 2014).

Quadro 6- Extensões das áreas de cultivo da agricultura urbana em Pirapozinho.

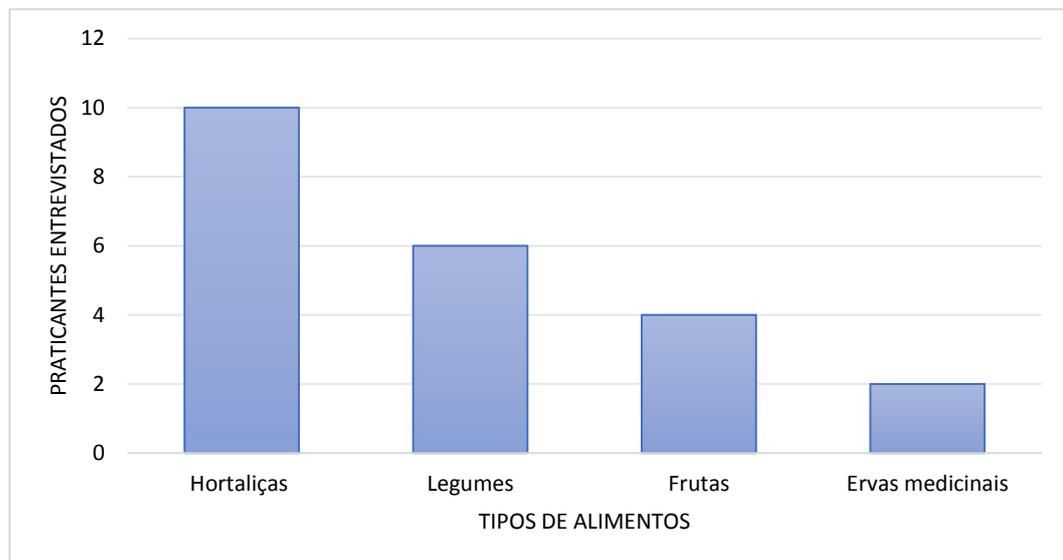
| Praticantes entrevistados | Área da propriedade |
|---------------------------|----------------------|
| Entrevistado A | 6.050 m ² |
| Entrevistado B | 700 m ² |
| Entrevistado C | 1.400 m ² |
| Entrevistada D | 25 m ² |
| Entrevistado E | 270 m ² |
| Entrevistada F | 264 m ² |
| Entrevistado G | 200 m ² |
| Entrevistado H | 210 m ² |
| Entrevistada I | - |
| Entrevistado J | 328 m ² |

*-: Não foi informado pelo entrevistado.

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Em relação aos tipos de alimentos cultivados na agricultura urbana praticada em Pirapozinho (gráfico 1) destaca-se as hortaliças, verificadas em todos os casos demonstrados, tanto na amostra quanto no mapeamento, destacando-se também nos casos de comercialização.

Gráfico 1 – Tipos de alimentos produzidos pela agricultura urbana em Pirapozinho.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Em segundo lugar, apresenta-se a produção de legumes e, em menor escala, produzem-se frutas, sobretudo, morango, acerola e amora, e ervas medicinais, como no caso da produção em área pública.

Foto 13 – Couve cultivada pelo entrevistado H.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Foto 14 – Cultivo de berinjela pelo entrevistado C.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Foto 15 – Cultivo de morangos pelo entrevistado E.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Quanto à procedência das mudas e sementes utilizadas no cultivo, constata-se que a maioria dos produtores adquire nas lojas especializadas em produtos agropecuários e nos supermercados do próprio município, além de três (3) casos (entrevistados A, B e C) que compram as mudas com um fornecedor do município de Álvares Machado.

Conforme o entrevistado J, o fato de montar suas próprias mudas através dos produtos já colhidos, assim como realizado pelos entrevistados B, D, E e F, contribui para a produção mais efetiva dos alimentos cultivados, relatando que “[...] ano passado eu produzi alface, deixei alguns pés, eles deram semente, eu guardei, ela nasce melhor que a semente comprada. Semente comprada tem vezes que você compra e não nasce de jeito nenhum” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A criação de animais dentro da cidade é realizada apenas por três dos praticantes entrevistados (A, C e I), os quais criam animais de pequeno porte (galinhas) para o seu autoconsumo. Observou-se também a criação de bovinos e equinos em algumas áreas do perímetro urbano durante as pesquisas de campo. Aqueles praticantes que relataram não

criarem animais, julgam serem esses prejudiciais para o cultivo de alimentos em vista do risco de adentrarem nos canteiros e “destruírem” a produção.

Fotos 16 – Criação de galinhas pela entrevistada I.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

No quadro 7, analisamos a mão de obra utilizada na produção pelos praticantes entrevistados e constatamos, em sua totalidade, a participação de membros da própria família, a partir do qual podemos inferir o caráter familiar da agricultura urbana no município de Pirapozinho. Salientamos também o seu desenvolvimento como uma atividade independente, realizada apenas pelo próprio praticante, com base na análise dos casos B, C, E e J.

Quadro 7 – Mão de obra utilizada nas iniciativas individuais de agricultura urbana em Pirapozinho.

| Praticantes entrevistados | Mão de obra |
|----------------------------------|--|
| Entrevistado A | 3 pessoas (o entrevistado, um irmão e um amigo da família) |
| Entrevistado B | Apenas o entrevistado |
| Entrevistado C | Apenas o entrevistado |
| Entrevistada D | 2 pessoas (a entrevistada e o esposo) |
| Entrevistado E | Apenas o entrevistado |
| Entrevistada F | 3 pessoas (a entrevistada e duas filhas) |
| Entrevistado G | 2 pessoas (o entrevistado e um filho) |

| | |
|-----------------------|---------------------------------------|
| Entrevistado H | 2 pessoas (o entrevistado e a esposa) |
| Entrevistada I | 2 pessoas (a entrevistada e o esposo) |
| Entrevistado J | Apenas o entrevistado |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

A produção da agricultura urbana no município é predominantemente orgânica, considerando o fato de que os praticantes, em sua maioria, não utilizam nenhum tipo de insumo químico para o controle de pragas em seus cultivos e por esse motivo a denominam como tal. Para o entrevistado A, aquilo que ele produz é “natural, isso aqui se vier um besouro e comer, comeu [...] tem que deixar, é normal. ” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018)

Nesse sentido, surgem como possibilidade “a utilização de defensivos alternativos que incluem: agentes de biocontrole, diversos fertilizantes líquidos, as caldas sulfocálcica, viçosa e bordalesa, feromônios, extratos de plantas, entre outros” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.141).

Na área de estudo destaca-se o caso de alguns dos praticantes que fazem uso destes defensivos alternativos. Conforme destaca o entrevistado H, “para praga, eu compro fumo, faço orgânico ‘né’, pego o fumo, coloco na água e aquele fumo quando dá uns 2, 3 dias que ele desmancha, aí passa na planta [...]” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Outra técnica parecida é empregada pelo entrevistado J: “Eu evito muito veneno. Na couve deu mosca branca. Esses dias eu peguei cravinho, bati no liquidificador, fiz a calda do cravinho e apliquei para espantar a mosca branca” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A utilização de insumos químicos é realizada pelo entrevistado B, ao fazer uso do inseticida Diazinon⁸, embora alegue já ter sido intoxicado pela utilização de venenos, e da entrevistada F que já utilizou detergente para o controle de pragas em sua produção.

Quanto ao tipo de adubo utilizado, verificamos no quadro 8, o estrume animal como uma das principais alternativas de adubação orgânica na agricultura urbana praticada em Pirapozinho, em contraposição aqueles que compram o adubo chamado “orgânico”, mas que na realidade é formado por diferentes compostos químicos, como “sulfato de amônio,

⁸ Este composto químico “é um inseticida organofosforado usado no controle dos insetos domésticos e da agricultura. É também bastante utilizado em horticultura e em plantas ornamentais. ” (DEDETIZAÇÃO..., [20]). Disponível em: < <http://www.dedetizacao-consulte.com.br/tatuzinhos-metodos-de-controle.asp>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

cloreto de potássio, fosfato de monoamônio e ureia processada” (PORTAL SÃO FRANCISCO, [20-]).

Quadro 8 – Tipos de adubos utilizados na agricultura urbana em Pirapozinho.

| Praticantes entrevistados | Tipos de adubos |
|----------------------------------|--|
| Entrevistado A | Estrume animal e compostagem |
| Entrevistado B | Estrume animal e adubo químico |
| Entrevistado C | Estrume animal |
| Entrevistada D | Adubo “orgânico” (comprado no mercado) |
| Entrevistado E | Compostagem e húmus de minhoca |
| Entrevistada F | Adubo comprado e cobertura |
| Entrevistado G | Adubo “orgânico” (comprado no mercado) |
| Entrevistado H | Estrume animal |
| Entrevistada I | Estrume animal |
| Entrevistado J | Adubo químico |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

No entanto, destaca-se a compostagem como uma alternativa de reutilização dos resíduos orgânicos, tanto gerados na produção quanto no consumo doméstico, como técnica de adubação orgânica.

De acordo com o entrevistado E,

[...] eu preparo o adubo, adubo meu a maior parte é [...] resto de verdura, legumes. Tudo que não tem gordura eu pego e faço compostagem. Aí eu compro também para completar húmus de minhoca para o adubo ficar mais enriquecido. Então geralmente eu uso o adubo que eu mesmo produzo. 90% do adubo é feito de materiais da minha própria residência, então o lixo orgânico aqui da minha residência não vai para rua, ele fica usado para minha horta, para minha produção. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018)

Para alavancar o uso dessa técnica, “verifica-se a necessidade de geração de conhecimentos que possibilitem a adequada forma de prepará-los, garantindo um produto estabilizado e de boa qualidade, que forneça nutrientes e condicione o solo de forma adequada” (AQUINO; ASSIS, 2007, p.140).

Nesse sentido, o entrevistado A revela manter-se em constante formação através de cursos técnicos, oferecidos pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), uma instituição privada de ensino superior da região e por outras instituições, além da troca de experiências em grupos de agricultores urbanos nas redes sociais, onde também apresenta os resultados de sua compostagem. Segundo ele, “ [...] eu sempre tenho dito e tenho levado o material que eu tenho daqui. Isso vem passando de cultura e cultura, de pai para filho, porque

é coisa que nós usamos já de tempos atrás” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018), considerando que essa técnica de adubação vem sendo perpetuada em sua prática.

A higienização é feita geralmente através da lavagem dos alimentos em água corrente (de torneira), com destaque nos casos das entrevistadas D e I que utilizam água com vinagre para a desinfecção dos produtos após a colheita.

Para finalizar a análise, apresentaremos os dados obtidos sobre a destinação final da produção da agricultura urbana no município. Analisa-se que toda a produção, até mesmo nos casos em que há a comercialização, está voltada para o autoconsumo, indicando, assim, a importância dessa prática, *a priori*, para a alimentação das famílias (agricultura urbana familiar- AUF) e, conseqüentemente, para a segurança alimentar destas.

Quadro 9 – Destinação da produção da agricultura urbana em Pirapozinho.

| Praticantes entrevistados | Destinação |
|----------------------------------|--|
| Entrevistado A | Comercialização e autoconsumo (família e amigos) |
| Entrevistado B | Comercialização e autoconsumo (família) |
| Entrevistado C | Comercialização e autoconsumo (família) |
| Entrevistada D | Autoconsumo (família) |
| Entrevistado E | Autoconsumo (família e vizinhos) |
| Entrevistada F | Comercialização e autoconsumo (família) |
| Entrevistado G | Autoconsumo (família) |
| Entrevistado H | Autoconsumo (família) e comercialização do excedente |
| Entrevistada I | Autoconsumo (família) |
| Entrevistado J | Autoconsumo (família e vizinhos) |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Nas discussões que se sucedem, daremos um enfoque especial nas práticas voltadas à comercialização, a partir dos cinco praticantes que destinam sua produção ao comércio, buscando compreender de que forma a agricultura urbana tem contribuído para a geração de renda da população envolvida.

3.3. Dimensão econômica da agricultura urbana em Pirapozinho

Com base nas informações obtidas no quadro 9, partiremos para a análise das iniciativas individuais que se voltam para a comercialização de seus produtos, seja como principal atividade econômica desenvolvida pelo praticante ou como uma atividade complementar à sua aposentadoria, conforme constatamos nas entrevistas, a fim de

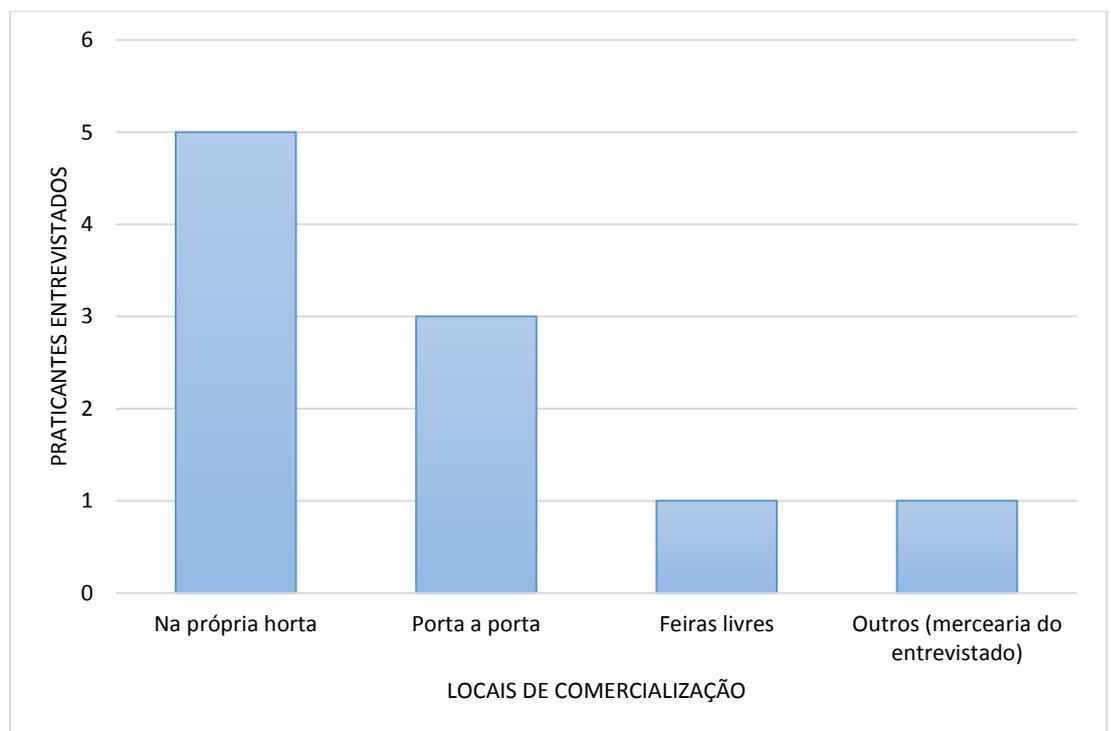
compreendermos as contribuições da agricultura urbana para a geração de renda da população inserida na sua prática.

Entre os 10 praticantes entrevistados, identificamos que cinco deles, sendo quatro homens e uma mulher, fazem desta atividade uma fonte de renda para as suas famílias, considerando ser essa uma prática de base familiar.

As hortaliças, sobretudo, a couve, a alface, a cebolinha, a rúcula e o almeirão, são os principais tipos de alimentos comercializados por esses agricultores, somando-se a esses o caso do entrevistado A que também produz legumes (cenoura e beterraba) para a comercialização. Os produtos da agricultura urbana chegam até o consumidor final através de sistemas de vendas informais, conforme discutimos nas entrevistas com os agentes, uma vez que sua produção não adentra nos canais de comercialização formais (supermercados, quitandas, redes de distribuição, etc.) por se tratar de uma prática não institucionalizada no município.

No gráfico 2, identificamos os locais e as formas pelas quais esses agricultores optam por vender os seus produtos.

Gráfico 2 – Locais de comercialização dos produtos da agricultura urbana no município.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

Analisamos, assim, uma predominância daqueles que comercializam a produção na própria horta. Na visão do entrevistado A, esse fato leva ao estreitamento da relação entre o produtor e o consumidor, além possibilitar que esse possa retirar no momento da compra o produto fresco direto da plantação. Segundo ele, “se você quiser uma alface, alguma coisa que seja na hora, eu vou lá e busco, lavo, você me vê lavando e eu te entrego e você sai daqui com um produto que você escolheu na hora” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Em segundo lugar, temos a comercialização porta a porta em que, de acordo com o que foi discutido anteriormente, algum vendedor ou o próprio produtor sai às ruas com carrinhos de mão, em automóveis ou através de outros meios, anunciando a venda de seus produtos.

Constatamos também casos isolados como o do entrevistado C, que comercializa nas feiras livres do município, uma atividade que já desenvolvia antes de realizar práticas agrícolas urbanas, através de seus produtos provenientes da agricultura rural, e do entrevistado B, que além comercializar porta a porta, vende os seus produtos em uma mercearia que montou recentemente com o auxílio das filhas.

A faixa de preços dessas mercadorias para comercialização direta varia entre R\$ 2,00 e R\$ 3,00 o maço e R\$ 4,00 em forma de salada, os quais dependem da época do ano (inverno/verão), da demanda ou do excedente da produção, por exemplo. Sobre a última forma de comercialização identificada, segundo a entrevistada F, “em vez de comprar em folha, começaram a adquirir só cortada, porque sabia que é esterilizada, a gente usa touca na cabeça, é coisa bem higienizada” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018). A partir dessa demanda, que consiste numa facilidade para o consumo por parte do cliente, esta será a nova aposta do entrevistado A: “eu também estou providenciando uma cozinha para vender já a salada pronta, vamos vender já embalado” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A partir das informações apresentadas no quadro 10, observa-se que uma renda maior é obtida por aqueles que fazem desta prática sua principal atividade comercial (entrevistados A e C), enquanto que os demais obtêm uma renda menos expressiva se comparados a esses casos pelo fato de sua sobrevivência não depender estritamente desta atividade. Verificamos nesse último caso a importante participação dos aposentados.

Quadro 10 – Renda média mensal e destinação da renda obtida pela comercialização dos produtos da agricultura urbana em Pirapozinho.

| Praticantes entrevistados | Renda média mensal (em reais) | Destinação da renda obtida |
|----------------------------------|--|--|
| Entrevistado A | 5.000 | Única fonte de renda |
| Entrevistado B | 700 | Complementação da renda (aposentadoria) |
| Entrevistado C | 2.000 | Única fonte de renda |
| Entrevistada F | 300 | Complementação da renda (aposentadoria) |
| Entrevistado H | 200 | Complementação da renda (aposentadoria) |

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Organização: Daiara B. Mendes.

As principais dificuldades relatadas para a comercialização decorrem da presença da concorrência; do excesso de produtos, principalmente em períodos de pico da produção (como no inverno); e, da necessidade de que os consumidores venham até os produtos, entre aqueles que comercializam na própria horta. No entanto, a maioria desses praticantes julga não encontrarem maiores dificuldades pelo fato dos clientes já conhecerem os seus produtos e pela procedência orgânica destes, atingindo, diante desse fato, clientes com câncer (entrevistado A) ou com doenças renais (entrevistado H).

Em relação ao perfil desses consumidores, há uma predominância de pessoas de maior poder aquisitivo, principalmente quando os estabelecimentos estão instalados nas áreas centrais do município (entrevistados A e B). Nas áreas periféricas, os consumidores geralmente são moradores do próprio bairro e do seu entorno, pertencentes ao segmento pobre da população.

Nesse sentido, constata-se que a agricultura urbana no município de Pirapozinho, embora seja desenvolvida como principal atividade econômica por alguns praticantes, surge, sobretudo, como uma fonte complementar de renda para aposentados, que geralmente encontram dificuldades para subsistirem apenas com o salário recebido. Assim, esses acabam por usar dos seus conhecimentos provenientes da sua vivência nas áreas rurais e das atividades agrícolas já desenvolvidas anteriormente para essa finalidade, encontrando também nessa atividade “uma forma de interagir com as pessoas, o que confere maior motivação e inserção na sociedade” (HIRATA; GOLLA; HESPANHOL, 2010, p. 41).

Conclui-se, assim, que “[...] uma grande parcela das atividades da AUP (tanto na produção como na comercialização) é realizada informalmente e por isso não é incluída nas estatísticas oficiais. Se considerada, mostraria que constitui uma importante contribuição econômica em muitas cidades” (NUGENT; EGAL, 2000, n.p.), de acordo com o que foi

identificado tanto nos casos onde a prática é tida como única fonte de renda quanto como complementação da renda das famílias.

3.4. Contribuições da agricultura urbana praticada em Pirapozinho para a segurança alimentar da população local

A agricultura urbana se constitui como uma importante alternativa de garantia de alimentos frescos, saudáveis e em quantidades suficientes, além de ocasionar que um cultivo variado seja realizado em pequenos espaços dentro da área urbana dos municípios. É nesse sentido que associa-se frequentemente esta prática com a segurança alimentar e nutricional (SAN), fomentada desde o início pelos governos e organizações não governamentais, como a FAO, sendo uma ação que busca reduzir os níveis de insegurança alimentar das populações, sobretudo, dos pobres e em situação de vulnerabilidade. Diante dessa premissa, temos como um dos principais objetivos deste estudo verificar as contribuições que as práticas de agricultura urbana trazem para a segurança alimentar da população envolvida em sua produção no município de Pirapozinho, sejam os praticantes, suas famílias e os seus consumidores em geral.

Partimos de um dos pontos principais dessa discussão na realidade estudada: a preocupação com a segurança alimentar familiar. Conforme já discutido, a agricultura urbana familiar (AUF), na perspectiva de Boukharaeva *et. al.* (2007), é vista como uma prática predominante em Pirapozinho, pelo fato de sua produção ser desencadeada, sobretudo, para o autoconsumo das famílias, sendo esta também sua principal mão de obra.

É nesse sentido que identificamos nas falas dos praticantes entrevistados, uma preocupação com a qualidade e a variedade desses produtos por se tratarem de alimentos consumidos pelas suas famílias e pessoas mais próximas, seja por venda ou doação. Soma-se a isso, sua relevância quanto ao conhecimento de como estão sendo cultivados e colhidos esses alimentos, sobretudo de procedência orgânica, e a disponibilidade dos alimentos conforme a necessidade dos seus consumidores, muitas vezes colhido na hora por ele próprio ou pelo produtor de quem ele compra.

Assim, conforme destaca Nugent e Egal (2000)

[...] através de inúmeros canais de comercialização e mecanismos informais, a maior parte dos alimentos produzidos em áreas urbanas são consumidos lá mesmo, frequentemente pelos produtores ou pelas famílias mais próximas a eles (n.p).

Nessa perspectiva, mas se voltando à discussão da agricultura urbana comercial, a proximidade com o consumidor final constitui-se como outro ponto na garantia de segurança

alimentar, uma vez que “a produção de tais alimentos perto das populações que precisam deles os torna mais acessíveis a tais consumidores” (NUGENT; EGAL, 2000, n.p.), auxiliando, assim, na questão do acesso às verduras, legumes, frutas, dentre outros, sobretudo, por parte daqueles que não conseguem adquiri-los por meio dos grandes canais de comercialização formal.

Para Boukharaeva *et. al.* (2007), “a agricultura urbana familiar contribui mais efetivamente para a segurança alimentar das populações urbanas” (p.17), justamente por essa voltar a sua produção essencialmente para a alimentação das famílias, da qual algumas delas deriva sua sobrevivência ou como uma fonte de agregação a ela, encontrando, assim, uma maior diversidade e qualidade desses alimentos.

Do ponto de vista econômico, em especial pelo fato destas práticas serem protagonizadas, em sua maioria, pelo segmento pobre da população da cidade, essa atividade contribui na redução das despesas diárias e mensais com alimentação por parte de seus produtores, sobretudo nas iniciativas voltadas para o autoconsumo. O entrevistado H aponta que “[a atividade] é importante porque você não precisa comprar ‘né’. Tem espaço pode ir lá plantar, não precisa ‘tá’ comprando” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018), apontando um dos princípios básicos da segurança alimentar e nutricional que é adquirir os alimentos essenciais sem comprometer o acesso à outras necessidades básicas do indivíduo (BRASIL, 2006, n.p.).

Também para o entrevistado J: “a gente não vive sem o alimento, agora se você puder produzir o que você vai comer, você economiza” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Em termos gerais, “[...] para haver segurança alimentar é necessário que haja disponibilidade, durante todo o ano, em níveis nacional e comunitário, dos alimentos necessários à população; que as famílias tenham acesso físico e econômico a uma quantidade suficiente em quantidade, qualidade e variedade de alimentos” (NUGENT; EGAL, 2000, n.p.).

Quanto à variedade na produção, fica evidente no presente estudo o fato dos praticantes de agricultura urbana do município apostarem, em larga escala, apenas na produção de hortícolas, nos seus mais distintos tipos, sendo a produção de legumes e frutas muito menos expressiva em suas práticas. Em contraposição, no caso do entrevistado E (que produz em áreas particular e pública), essa variedade está bem mais evidente quando se observa a produção de verduras, legumes, frutas e ervas medicinais em suas diferentes áreas de cultivo.

Nesta mesma concepção, nos confrontamos com a questão da sazonalidade, que consiste no fato de que, em alguns períodos do ano, há um *boom* na produção, mas se consome menos, e em outros, observa-se um declínio nas atividades agrícolas, especialmente quando aumenta o consumo de hortaliças, que correspondem às estações do inverno e verão, respectivamente.

Isso fica evidente na realidade estudada pois, segundo o entrevistado A “hortinha de fundo de quintal tem mais em inverno, que é fácil de sair verdura, fora isso o pessoal não usa mais, não produz por causa do preço da água” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Essa questão revela, assim, a necessidade de conhecimentos técnicos por parte desses pequenos cultivadores urbanos, que se voltam geralmente para o autoconsumo, para conseguirem manter seu cultivo nesses períodos de oscilação da produção, em vias de manter o acesso frequente aos alimentos básicos para a sua nutrição e daqueles que também os consomem.

Outro ponto que evidencia a preocupação com a segurança alimentar e nutricional no município de Pirapozinho ficará mais claro quando tratarmos das iniciativas institucionais (coletivas), ao abordarmos essa atividade do ponto de vista da educação alimentar e nutricional em uma escola de educação infantil do município, mostrando a importância de se obter uma consciência do direito básico à alimentação, sobretudo saudável, desde os anos iniciais da vida humana.

Em suma, analisamos que a garantia da segurança alimentar e nutricional está bastante intrínseca à produção da agricultura urbana no município em questão, encontrando-se presente em relação à facilidade de acesso aos alimentos por parte das populações urbanas, tanto em quantidade quanto em valores monetários; na qualidade destes produtos por se tratarem de práticas predominantemente orgânicas; na variedade da produção, principalmente no que se refere às hortaliças; e, no tratamento da questão da alimentação saudável em âmbito educacional. Dessa forma, evidencia-se o fato que, embora esses praticantes não tenham um conhecimento aprofundado sobre a nomenclatura “segurança alimentar”, essa preocupação está totalmente inserida em suas iniciativas de produção de alimentos nas cidades.

3.5. Ações governamentais voltadas à esta prática sob a ótica dos praticantes de agricultura urbana do município de Pirapozinho

Em um primeiro momento, no âmbito deste estudo, analisou-se como essa atividade estaria sendo pensada em relação às políticas públicas e ações da administração

local no município de Pirapozinho, a partir da visão de diferentes agentes públicos ligados às atividades agrícolas desenvolvidas na área. Dessa forma, revelou-se que no município a agricultura urbana não tem tido visibilidade por parte dos órgãos competentes, sobretudo a Prefeitura Municipal e a Casa da Agricultura, embora seja nítida sua ocorrência, e que os projetos pensados como fomento a essas práticas na cidade não foram efetivamente instituídos, permanecendo, assim, apenas nas legislações municipais.

Dessa forma, trataremos nesta parte do trabalho a perspectiva dos praticantes entrevistados sobre a ausência dessas ações e os desafios encontrados para o desenvolvimento dessas atividades derivados desse *déficit* de subsídios, sobretudo técnicos e financeiros, para alavancar a produção.

De acordo com as informações levantadas em campo, a maioria deles não recebe nenhum tipo de assistência técnica em suas atividades agrícolas na cidade, utilizando-se amplamente dos conhecimentos adquiridos na sua vivência rural ou por meio da troca de experiências entre os próprios praticantes. Nesse sentido, o entrevistado H aponta que “[...] se você for atrás de agrônomo, você tem que pagar e a gente sabe quase tudo que eles sabem, até mais” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

No caso do entrevistado E, os seus saberes são advindos de uma busca constante por informações sobre as técnicas de produção de alimentos: “Eu busco pesquisar seja na internet, eu já lia muito na época que eu trabalhava na zona rural. Essas informações eu peguei através do conhecimento através de leituras” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Os dois casos que apontaram receber algum tipo de assistência técnica são os dos entrevistados A e C, os quais adquirem as suas mudas de um fornecedor do município de Álvares Machado (SP), que também é agrônomo, oferecendo, assim, dicas de cultivo e prestando outras assistências para a produção agrícola urbana no momento de entrega das mudas.

Quanto à questão da assistência técnica, encontramos um dos primeiros impactos decorrentes dessa ausência de uma atenção voltada à agricultura urbana no município em âmbito governamental, considerando que esta poderia ser oferecida pela Casa da Agricultura, que conta com a presença de um agrônomo à disposição dos produtores rurais. No entanto, o mesmo apresenta em entrevista que nem ao menos os agricultores rurais vão em busca desse auxílio no órgão, evidenciando o abismo encontrado entre as ações desta instituição e os agricultores do município, tanto urbanos como rurais, embora deveriam atuar em consonância.

Conforme já discutido, os praticantes de agricultura urbana em Pirapozinho encontram-se dispersos pelo município, não estando organizados e articulados por meio de associações, cooperativas ou sindicatos, o que revela ainda mais a falta de regulamentação dessa atividade, de dispersão da produção e de ausência de representatividade desta categoria junto à esfera local.

Diante disso, pelo fato de se voltarem a uma produção predominantemente orgânica, o entrevistado A, ao buscar orientações para a certificação de seus produtos com o Selo Orgânico⁹, destaca que “[...] ele [o secretário da Fazenda do Estado] sugeriu na época que procurássemos fazer uma associação ou tipo de uma cooperativa para que ficasse dividido esse certificado, o valor desse certificado diluído entre os participantes” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018). Entretanto, isso se tornaria praticamente inviável pelo fato de que essas práticas muitas vezes passam despercebidas pela cidade, principalmente pelos seus gestores; pelos seus produtores serem, em sua totalidade, independentes quanto às suas ações e nem contarem com uma organização coletiva que os representem; e, considerando também que um mapeamento das iniciativas de agricultura urbana não havia sido realizado até então no município.

Dessa forma, os produtos derivados da agricultura urbana no município podem ser considerados orgânicos não em relação à certificação, mas pelo fato de serem aceitos pela população em geral como tal, considerando que há um conhecimento sobre os seus produtores e sobre as formas com que esses alimentos são cultivados, revelando, assim, uma atividade espontânea/informal na maioria das iniciativas trabalhadas neste estudo.

Um outro ponto refere-se aos auxílios (em termos de crédito, assistência técnica, entre outros) do governo em suas diferentes instâncias (nacional, estadual e municipal). Embora não recebam nenhum tipo de auxílio público para as suas práticas, os praticantes entrevistados possuem visões diferenciadas a respeito desses subsídios. O entrevistado A vê essas ações como um meio dos agentes públicos aproveitarem para fins políticos: “nem procuraria recursos para poder me encaixar num negócio desse (...) porque o pessoal faz lei, faz as coisas assim, depois vem querer colocar imposto ou querer colocar alguma coisa para poder tirarem proveito disso e proveito político, isso aí é coisa política” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Para o entrevistado E, além desses suportes serem empregados para auxiliar aqueles que já praticam a agricultura urbana no município, “[...] seria interessante o poder

⁹ Conforme instituído no decreto nº 6.323, o qual regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. (BRASIL, 2007).

público desenvolver um trabalho com pessoas que não tem ocupação na cidade, então seria um tempo até de terapia ocupacional. Aí parte da assistência social, poder público municipal [...]” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Segundo o mesmo, as ações da administração local deveriam dar um enfoque para essa atividade na cidade, pensando nas contribuições econômicas, ambientais e sociais desta, considerando que:

[...] se pudesse se unir tanto o Governo Federal, quanto o Estadual e o Municipal que tivessem projetos, é possível pegar todas as áreas que está sobre propriedade tanto pública, particular, degradada, não está sendo usada, está abandonada, e transformar isso daí em algo produtivo. Além de melhorar o aspecto visual da cidade, melhorar as condições de saúde da população [...] (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Também o entrevistado B, enxerga esse auxílio governamental no sentido de oferecer um seguro em períodos de oscilação na produção, de acordo com o que foi discutido, pois, segundo ele, “eu acho que precisava sim [de subsídios], horta é complicado, tem vezes que dá prejuízo” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Nesse sentido, verifica-se que:

[...] no Brasil, vários municípios iniciam políticas públicas de incentivo e apoio ao desenvolvimento da agricultura urbana em regiões de periferia e de forte desemprego como forma de garantir parte de sua subsistência alimentar, algum recurso e ocupação, no entanto apesar do grande sucesso obtido em algumas cidades, a agricultura urbana ainda não se transformou numa política nacional (BOUKHARAEVA *et. al.*, 2007, p. 23).

A partir dessa colocação, reiteramos o nosso argumento de que a ausência de uma atenção governamental para essa prática está estritamente ligada ao fato de que não há a efetiva pressão por parte de uma política em âmbito nacional que regulamente a agricultura urbana, nem que a estimule em suas ações. Dessa forma, fica a cargo dos municípios o desenvolvimento desses projetos que, muitas vezes, por não sofrerem pressões vindas de outras instâncias do governo não são instituídos de fato.

Isso fica evidente pois, quando a agricultura urbana surge como uma das ações do programa Fome Zero, em 2004, num momento de efervescência dessa questão no país, encontramos no Plano de Governo da administração municipal do período, a necessidade da criação de hortas urbanas para atender às famílias carentes e em situação de insegurança alimentar do município, bem como a instituição, na mesma época, do COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) de Pirapozinho.

Em síntese, analisamos que, mesmo expressando suas opiniões e ideias para ações governamentais voltadas à prática da agricultura urbana, os praticantes entrevistados não

relatam dificuldades relacionadas à especulação imobiliária, acesso à terra e à água, recursos financeiros para a produção, nem nenhum outro impacto sentido quanto à ausência de políticas públicas em suas iniciativas individuais, levando a sua produção de um modo independente.

3.6. Iniciativas institucionais de agricultura urbana desenvolvidas no município de Pirapozinho/SP

Além das iniciativas individuais, sobretudo de base familiar, que pontuamos anteriormente, no município de Pirapozinho são realizados alguns projetos em instituições públicas e não-governamentais que englobam a prática da agricultura urbana em suas ações. Nesse sentido, apresentaremos os resultados das entrevistas realizadas com os representantes desses órgãos, dando enfoque ao surgimento das iniciativas, à organização da produção e, em especial, às contribuições dessas práticas para o público-alvo das instituições.

3.6.1. A agricultura urbana como elemento terapêutico em Pirapozinho: o caso do Lar São Miguel Arcanjo na Providência de Deus

Segundo Boukharaeva *et. al.* (2007), “[...] a agricultura urbana traz soluções às carências alimentares e as doenças, mas também contribui igualmente para remediar a destruição cultural, a violência e o alcoolismo” (p. 20). Diante dessa perspectiva, identificamos a importante participação dessa prática no tratamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, durante as pesquisas de campo, identificamos a presença da prática da agricultura urbana como elemento terapêutico no município, a partir de uma horta coletiva desenvolvida pelo Lar São Miguel Arcanjo na Providência de Deus, administrada pela Associação e Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus, visando a recuperação dos dependentes químicos assistidos pela entidade.

De acordo com o coordenador administrativo da obra, esta iniciou suas atividades no município no ano de 2010, atendendo homens a partir dos 18 anos de idade, com o objetivo principal de “[...] tentar recuperar as pessoas do vício do álcool ou drogas” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018), tendo a espiritualidade como a base do tratamento.

Nesta instituição, “o tratamento é composto por quatro ciclos; cada ciclo é de quatro a cinco semanas, geralmente” (ASSOCIAÇÃO..., [20-]), e durante todo esse processo, os assistidos são distribuídos pelas atividades referentes à organização da entidade, como na limpeza do local e nos cuidados com a horta. Esse método é chamado de Laborterapia, onde o

trabalho é visto como um meio de acelerar o processo de reestabelecimento do paciente pois, para o entrevistado, “[...] quando ele está trabalhando, a mente fica ocupada, então ajuda no tratamento, evolui mais o tratamento” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Assim, “[a horta] veio dessa ideia de ter algo para tirar o pensamento da pessoa da droga, pensar em outras coisas que não é aquilo que ‘tu’ fazia antes. A horta veio com esse pensamento de ajudar no tratamento dos pacientes” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018). Nesse sentido, embora já fosse realizado o cultivo de alimentos na área para o abastecimento da entidade, a horta coletiva institucionalizou-se em 2014, como um elemento terapêutico visto as suas contribuições nutricionais, oferecendo uma alimentação saudável e variada para os pacientes; ambientais, aproveitando o terreno para o cultivo de alimentos; e, sobretudo, voltadas para a saúde e a ressocialização desses indivíduos.

Foto 17 – Horta do Lar São Miguel Arcanjo.



Fonte: Associação [20-].

Quanto aos tipos de alimentos produzidos, destaca-se o cultivo de hortaliças variadas, destinadas para o autoconsumo dos internos e dos funcionários da entidade, além da sua comercialização para a comunidade em geral. Sobre a procedência dessas mudas, o coordenador aponta que “nós fazemos algumas mudas aqui, das coisas que a gente já tem das plantinhas, e algumas sementes a gente compra com o dinheiro das vendas [...]” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Em relação ao controle de pragas, verifica-se uma produção em que se predomina a não utilização de insumos químicos, conforme constatado também nas iniciativas individuais. No caso das formas de adubação, ele revela que “a gente faz compostagem, com o resto das próprias verduras vai fazendo adubo. A gente pega também resíduo orgânico” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018), destacando, assim, a preocupação ambiental, a partir da reutilização dos resíduos gerados na alimentação desses indivíduos, e com a segurança alimentar daqueles que as consomem.

A mão de obra da horta coletiva é composta pelos próprios assistidos do lar (Foto 18), conforme já exposto, considerando o fato de que a atividade faz parte de um dos ciclos do tratamento destes, além do auxílio de monitores que os acompanham durante essas fases.

Foto 18 – Paciente trabalhando na horta do Lar São Miguel Arcanjo.



Fonte: Associação [20-].

A comercialização dos produtos cultivados ocorre apenas na própria entidade (Foto 19), com o valor fixo de R\$ 2,00 o pé. O perfil da população que adquire essas hortaliças é geralmente constituído por pessoas de diferentes classes sociais que são informadas sobre a disponibilidade de produtos à venda através da divulgação pelas redes sociais, de acordo com informações levantadas em campo, além do conhecimento que já possuem a respeito da comercialização no local.

Foto 19 – Placa localizada na entrada da entidade.



Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

A renda gerada a partir destas vendas é agregada às outras formas de captação de recursos para a instituição, visto que o seu atendimento é totalmente gratuito, como a arrecadação obtida pelas Notas Fiscais Paulistas, a venda de pães e doces e a realização da tradicional Festa da Mandioca todos os anos no local (ASSOCIAÇÃO..., [20-]).

A respeito das contribuições dessas práticas agrícolas urbanas na entidade, o coordenador chama a atenção para o fato de que “a importância é que ajuda no desenvolvimento, na evolução do tratamento do paciente. E ajuda também para que um dia lá fora ele possa querer fazer uma horta, trabalhar em horta” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018). A partir disso, notamos o importante papel educacional dessa ação, ao pensa-la também como uma forma de aprendizagem de um novo ofício que pode reinseri-los no mercado de trabalho, oferecendo a esses homens os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dessas práticas voltadas à sua subsistência, tanto na questão da alimentação saudável quanto na agregação da renda das famílias, ao serem reintegrados na sociedade.

Sendo assim, na perspectiva de Arruda (2011), ações como esta têm como um dos princípios básicos a “inclusão social, assim como um “amortecedor” de crises urbanas (fome, desculturação, vulnerabilidade social e violência)” (p.37).

Nesse sentido, a entidade trabalha com a premissa de que “as ações terapêuticas os ajudam a resgatar o sentido necessário à construção ou reconstrução de sua identidade histórica” (ASSOCIAÇÃO..., [20-]), muitas vezes retirada desses indivíduos pelo seu envolvimento com meios ilícitos e pelo uso desenfreado de substâncias químicas, se tornando indivíduos à margem da sociedade e destituídos de seus direitos.

Em síntese, a agricultura urbana nessa perspectiva terapêutica, em geral, leva à “ocupação das pessoas, evitando o ócio, prevenindo o desenvolvimento de estresse, contribuindo para a educação social, diminuindo a marginalização de pessoas socialmente vulneráveis ” (ARRUDA, 2011, p.37). Este potencial pode ser observado tanto nessa ação específica para o tratamento de dependentes, tanto quando analisamos as práticas individuais desenvolvidas, sobretudo, por pessoas aposentadas ou que não possuem outro tipo de ocupação, as quais, em alguns casos, fazem desta atividade uma “válvula de escape” diante das situações que lhes trariam problemas de ordem física e psicológica.

3.6.2. A prática da agricultura urbana como atividade de educação alimentar e nutricional no município de Pirapozinho: experiências do Projeto Alimentação Saudável, na EMEI Idário Marrafon

A agricultura urbana sob a perspectiva educacional é desenvolvida no município em uma unidade escolar pública de educação infantil, a qual desencadeia iniciativas de práticas agrícolas urbanas desde o ano de 2015, com o surgimento do Projeto Alimentação Saudável (Anexo 3). Essa ação teve sua gênese a partir da iniciativa de uma das docentes da escola, sendo incorporado ao Plano Pedagógico da escola e trabalhado por todas as demais classes. Trata-se, assim, de uma ação pontual, considerando como um projeto restrito à EMEI Idário Marrafon, não como parte de uma ação em âmbito municipal.

O objetivo principal desse projeto é “promover o consumo de alimentos saudáveis e a consciência de sua contribuição para a promoção da saúde de uma forma atraente, lúdica e educativa” (EMEI IDÁRIO MARRAFON, 2015) e tem como objetivos específicos:

[...] pesquisar e registrar sobre a alimentação da família; valorizar o momento reservado à alimentação; incentivar bons hábitos alimentares; identificar as preferências alimentares dos alunos; conscientizar os alunos sobre a importância e os motivos pelos quais alimentamos; reconhecer os alimentos que faz bem à nossa saúde; identificar cores, textura e os diferentes sabores dos alimentos; e, estimular o raciocínio lógico matemático, seriação, classificação, quantidade, a partir dos alimentos e das receitas realizadas na sala de aula (EMEI IDÁRIO MARRAFON, 2015).

A execução do mesmo se inicia com o envio de um questionário para os responsáveis dos alunos no início do ano ou quando o estudante adentra a unidade sobre a preferência alimentar das crianças (foto 20). A partir desses, as docentes constataram “ [...] que as crianças tinham, assim, as preferências alimentares delas em relação às verduras e legumes, mas a gente percebeu que tinha criança que não gostava. Então a gente decidiu desenvolver esse projeto como uma forma de estimular mesmo a criança pelo gosto dos alimentos” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Foto 20- Questionário respondido pelo responsável de um dos estudantes da unidade escolar.

QUESTIONÁRIO SOBRE ALIMENTAÇÃO - "PROJETO ALIMENTAÇÃO SAUDAVEL"

- 1- ESCREVA OS ALIMENTOS QUE FAZEM PARTE DA ALIMENTAÇÃO DO SEU (A) FILHO (A)
arroz, feijão, carne
- 2- QUAIS ALIMENTOS SEU FILHO (A) MAIS GOSTA?
Sopa, Macarrão
- 3- QUAIS ALIMENTOS SEU FILHO (A) APRESENTA MAIOR RESISTÊNCIA OU NÃO ACEITA COMER?

- 4- O QUE VOCÊ COSTUMA FAZER QUANDO SEU (A) FILHO (A) REJEITA UM ALIMENTO?
Eu do leite
- 5- QUANTAS VEZES NA SEMANA VOCÊ COSTUMA SERVIR SALADA E LEGUMES NO ALMOÇO E JANTAR?
2 vezes
- 6- QUAIS AS FRUTAS QUE SEU (A) FILHO (A) MAIS GOSTA?
Banana
- 7- COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ OFERECE DOCE E SALGADINHO PARA SEU (A) FILHO (A)?
Sempre que tenho eu ofereço.
- 8- O QUE VOCÊ CONSIDERA SER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDAVEL?
Sopa
- 9- NAS REFEIÇÕES VOCE OFERECE A SEU FILHO(A), SUCO NATURAL OU REFRIGERANTE?
Refrigerante

Fonte: Pesquisa de campo (Outubro, 2018). Arquivo pessoal.

Para Boukharaeva *et. al.* (2007), “esta transmissão compreende a educação básica, pré-escolar das crianças, quando adultos ensinam as crianças a reconhecer as plantas, plantar e manter os legumes [...], cortar, ou mesmo experimentar novas variedades de frutos e legumes.” (p. 21), demonstrando, assim, a importância dessa atividade na transmissão de conhecimentos entre as gerações.

Após as etapas do plantio e da colheita, geralmente desencadeadas pelo porteiro da unidade, pelas docentes e pelas próprias crianças, o projeto é executado da seguinte forma:

[...] leva para a cozinha e lá elas [as cozinheiras], ou tem hora que a gente mesmo, lava a verdura ou o legume assim e faz para eles consumirem. A gente leva para a sala de aula para eles provarem e, na hora da alimentação, também é servido junto com a alimentação deles. (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018)

Foto 21 - Porteiro da unidade escolar preparando o solo para o plantio.



Fonte: Cedida pela unidade escolar, 2015.

Foto 22 - Professoras e crianças dando início ao plantio das mudas.



Fonte: Cedida pela unidade escolar, 2015.

A produção de hortaliças, legumes, temperos e ervas medicinais na escola de educação infantil é destinada para o autoconsumo na própria instituição, através da merenda, e para a distribuição do excedente entre os estudantes, pois, segundo a docente responsável pelo projeto, “ [...] a gente já teve em excesso, já um pouquinho a mais do que ‘a gente comeu’ aqui, então a gente acabou mandando também para eles para casa” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A coordenadora da unidade escolar cita alguns casos em que se observaram os benefícios deste projeto para a alimentação dos estudantes, que passaram a consumir mais hortaliças e legumes a partir desse estímulo, relatando que “a alface foi muito legal. A gente tem até depoimentos de mães (...) da alegria das crianças em levar isso para a casa” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018), em especial pelo fato de eles mesmo terem participado das etapas da produção.

Conforme a coordenadora, outras atividades também foram desenvolvidas no âmbito deste projeto, visando levar essas crianças a conhecerem os locais de produção e comercialização de alimentos no município. Segundo ela:

[...] a gente foi visitar uma horta e nós compramos muitos legumes e trouxemos para a sala de aula. Foi o ano que as crianças “melhor” comeram nesse momento. Nós fomos lá visitar a horta [do entrevistado A], pegamos o ônibus e fomos lá visitar a horta. E também nós fomos na quitanda. Tinha criança que nunca tinha ido na quitanda, aí eu dei a liberdade deles escolherem uma fruta que eles queriam. Então todos eles pegaram uma fruta, eu paguei e levaram para casa essa fruta. E aí levava para a sala, lia para quê

que serve a banana, etc., e aí eles comiam muito bem, foi uma época que eles comeram muito bem (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

Para a docente que deu início ao projeto na unidade escolar, as dificuldades encontradas na execução e continuidade deste foram constatadas durante a preparação do terreno, principalmente pela ausência de instrumentos utilizados no plantio (como a enxada, por exemplo) e de formas de adubação (sobretudo de origem orgânica e animal), além da falta de espaço no local, alegando a necessidade de haver um terreno maior para o desenvolvimento dessas práticas agrícolas urbanas. Esses *déficits* decorrem amplamente da ausência de uma formação técnica para o desenvolvimento dessas atividades em âmbito educacional, sendo utilizados apenas os conhecimentos prévios dos desenvolvedores dessas ações.

O projeto atuou de maneira mais efetiva durante o ano de 2015, voltando-se no presente momento para “[...] trabalhar com ervas, mais com as ervas e os temperos” (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018). Através disso, deseja-se estimular os cinco sentidos das crianças, sobretudo o olfato, utilizando-se dos cheiros destes produtos colhidos na horta da escola. No entanto, ainda são cultivados outros tipos de alimentos como hortaliças e legumes para suplementar a merenda escolar.

A respeito da importância dessa ação, a docente pontua que:

[...] é muito importante porque a criança quando ela participa, quando ela vivencia certas situações, estimula ela [...] participando ali do plantio, da colheita. Estando ali acompanhando, eu percebi que tem assim criança que não comia certas verduras e legumes, acaba comendo. Então é um estímulo para as crianças, então é muito importante nessa questão do estímulo à alimentação (Depoimento oral, entrevista realizada em outubro de 2018).

A agricultura urbana como educação alimentar e nutricional constitui-se como um

[...] estímulo às crianças e jovens a plantarem legumes, verduras e frutas nos quintais de suas casas e das suas escolas de forma que sejam estimulados a se interessarem sobre a importância de tais alimentos para melhorar a qualidade alimentar e nutricional visando à busca de uma boa saúde, e com isso sintam-se estimulados em consumi-los (CRIBB, 2009 *apud* ARRUDA, 2011, p. 32-33).

Assim, analisamos essa iniciativa como uma atividade que além de ter um potencial educacional, visa à garantia da segurança alimentar e nutricional por parte dos estudantes, proporcionando a eles o acesso à alimentos de qualidade, estimulando-os a consumirem e possibilitando que essas crianças percebam que os alimentos podem ser produzidos nos quintais de suas próprias residências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados desta pesquisa, concluímos que a agricultura urbana, mesmo se constituindo como uma prática antiga tem ganhado relevância nas últimas décadas diante da possibilidade de utiliza-la como um meio de garantir a sobrevivência das populações pobres urbanas, sobretudo em países subdesenvolvidos.

No Brasil esse debate ganha efervescência em 2004, em um período marcado por profundas transformações no cenário político brasileiro, propiciadas pelo início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse momento, o país voltou o seu olhar para as políticas públicas sociais, tendo como uma das principais ações a instituição do programa Fome Zero, a partir do qual a agricultura urbana entra em voga como estratégia de redução da fome e da pobreza.

A partir desse debate, buscamos analisar a ocorrência dessa prática no município de Pirapozinho, associando-a com a garantia de segurança alimentar e de geração de renda para a população local. Assim, na perspectiva nutricional, notamos a agricultura urbana no município de Pirapozinho como uma atividade voltada em larga escala para o autoconsumo e ligada à preocupação com a alimentação das famílias, o que torna evidente por se tratar de uma produção baseada, principalmente, no cultivo de verduras e legumes e na procedência orgânica desses produtos.

Podemos apreender sua prática sob a ótica ambiental nas iniciativas desenvolvidas em áreas públicas (Eco Ponto e depósito da Prefeitura Municipal), onde há a reutilização de terrenos baldios e de áreas passíveis de vetores de doenças para o cultivo de alimentos que podem contribuir tanto para uma alimentação saudável por parte dos trabalhadores dessas áreas, quanto ao proporcionar um novo uso do solo a fim de recuperá-lo.

Do ponto de vista econômico, a sua prática é pensada amplamente em relação à complementação da renda da população, sobretudo no caso de aposentados, que se utilizam de formas de comercialização informais para gerarem renda através dos seus produtos cultivados, além de alguns casos que têm nessa atividade a principal fonte de renda das famílias.

Nas iniciativas institucionais (coletivas) desenvolvidas no município nos deparamos com projetos que demonstram o potencial educacional e terapêutico da agricultura urbana, tratando a agricultura urbana como um importante elemento na recuperação de dependentes químicos (Lar São Miguel Arcanjo) e como um estímulo às crianças em obterem uma alimentação saudável e terem contato com o cultivo e o consumo de novos produtos (EMEI Idário Marrafon).

No que tange às ações governamentais, percebemos uma forte desconexão entre as ações da Prefeitura Municipal e da Casa da Agricultura e demais órgãos do município, a qual fica evidente na escassez de conhecimentos a respeito das práticas desenvolvidas em seu perímetro urbano, principalmente em estabelecimentos geridos pela própria Prefeitura, como o projeto na unidade escolar de educação infantil.

Essa relação poderia ser estreitada a partir da instituição efetiva do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de Pirapozinho, que tem como uma de suas premissas a realização de ações conjuntas entre o poder público e entidades assistenciais visando à promoção dessa prática no município, sobretudo, em relação ao seu potencial social no atendimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Consideramos a ausência da atuação efetiva de uma política pública em âmbito nacional que englobe a agricultura urbana em suas ações como um dos principais agravantes dessa invisibilidade com a qual é tratada a questão em cidades de pequeno porte, como o município de Pirapozinho, uma vez que, por não encontrarem pressões advindas das demais instâncias governamentais e sem a representação dos interesses dessa categoria de produtores por meio de uma organização coletiva, a administração local não dá a devida atenção para essa atividade.

Nesse sentido, do ponto de vista político, identifica-se a importância do presente estudo tanto para o poder público municipal, ao lhes proporcionar um conhecimento mais amplo da ocorrência da agricultura urbana na cidade para o planejamento de ações efetivas em relação à prática, quanto para aqueles que desenvolvem essa atividade em Pirapozinho, como uma ferramenta de reivindicação do cumprimento dessas ações por parte desses órgãos.

Da perspectiva geográfica, conclui-se que trabalhar com a ocorrência do fenômeno da agricultura urbana em cidades de pequeno porte brasileiras, como a área de estudos, contribui amplamente com os estudos geográficos que atualmente estão despontando a respeito desta prática, trazendo a sua discussão para uma escala micro, a fim de que possa apreender a sua dinâmica e a espacialização da atividade nessas áreas, contrapondo com as pesquisas que têm privilegiado as grandes capitais e metrópoles nacionais.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Lucinete F. de; HESPANHOL, Antonio N.. Políticas públicas e desenvolvimento rural: Os projetos de microbacias hidrográficas em Pirapozinho – SP. **GeoAtos**, Presidente Prudente, v.2, n.10, p. 54-63, jul./dez. 2010.

AQUINO, Adriana M. de; ASSIS, Renato L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan/jun. 2007.

ARISTIDES, Marleide de Jesus da Silva. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Pirapozinho (SP)**. 2013. 194f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias**. 2011. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ASSOCIAÇÃO E FRATERNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDÊNCIA DE DEUS. **Lar São Miguel Arcanjo na Providência de Deus**. [20-]. Disponível em: <http://www.franciscanosnaprovidencia.org.br/associacao/nossasobras_detalhes/12/Lar-S%C3%A3o-Miguel-Arcanjo-na-Provid%C3%Aancia-de-Deus-> Acesso em: 13 nov. 2018.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.) **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, p.1, set.2006.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.2007 orgânicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm> . Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei nº 906, de 2015. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=21BF5DB568651C1119F574F6CAA40295.proposicoesWebExterno2?codteor=1313925&filename=PL+906/2015> Acesso em: 10 jun. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO. **Histórico**. [20-]. Disponível em: <<http://www.camarapirapozinho.sp.gov.br/#>>. Acesso em: 30 jul. 2018

CASTELO BRANCO, Marina, ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011.

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). **Agricultura urbana**. 2011. Disponível em: < <http://www.cepagro.org.br/agricultura-urbana/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema (CIPP). **Plano de gestão integrada de resíduos sólidos do Consórcio Intermunicipal do Pontal do Paranapanema: Diagnóstico e plano de ação de Pirapozinho/SP**, v.3, 2014. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cpla/2017/05/pirapozinho.pdf> Acesso em: 24 mai. 2018.

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Pirapozinho**. 2010. Disponível em: < http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/434_10_02_2011_PirapozinhoPMDRS.pdf > Acesso em: 09 mai. 2018.

COUTINHO, Maura Neves, COSTA, Heloisa Soares de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.

EMEI IDÁRIO MARRAFON. Projeto Alimentação Saudável, 2015.

FERREIRA, Rubio José, CASTILHO, Cláudio Jorge M. de. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai./ago. 2007.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). **O que é Economia Solidária**. 2011. Disponível em: < <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria> > . Acesso em: 24 jul. 2018.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). **Informações Municipais: Pirapozinho/SP**. Disponível em: < <http://www.perfil.seade.gov.br/> > Acesso em: 30 jul. 2018.

GOMES, Maria Terezinha S. **A produção do espaço urbano em cidade pequena: localização das atividades econômicas em Pirapozinho – SP**. 1998. 121 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1998.

GRANDI, Telma S. M. **Tratado das plantas medicinais: mineiras, nativas e cultivadas**. Belo Horizonte: Adaequatio Estúdio, 2014.

HALBERSTADT, Tailine. **A Olericultura como alternativa de diversificação e fonte de renda**. 2016. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/petagonomia/index.php/2016-08-08-13-27-09/textos/9-textos/46-a-olericultura-como-alternativa-de-diversificacao-e-fonte-de-renda> > . Acesso em: 02 ago. 2018.

HIRATA, Andréia C. S.; GOLLA, Amarílis R.; HESPANHOL, Rosangela A. de M. Caracterização da horticultura como uma estratégia de agricultura urbana em Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.40, n.1, jan. 2010. p. 34-43.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Histórico de Pirapozinho**. [20-]. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/pirapozinho.pdf> > . Acesso em: 30 jul. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE Cidades – Pirapozinho/SP**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pirapozinho/> > Acesso em: 10 jun. 2018.

LIMA, Anna Erika F.; SAMPAIO, José Levi F.. Segurança alimentar e nutricional: Uma perspectiva interdisciplinar e sua contribuição para as ciências humanas e ambientais. **Revista Rede**, Fortaleza, v.9, n.2, p. 93-110, jul./dez. 2015.

LOCATEL, Celso D.; AZEVEDO, Francisco F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE

GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

MACHADO, Altair T.; MACHADO, Cynthia T. de T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002. 25 p

MAIA, Doralice S.. Hábitos rurais em vidas urbanas. IN: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odette C. de L. (Orgs.) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MASCARÓ, Juan J.; ACUNHA, Bianca V.; PAGGOTTO, Natalia P.. Agricultura urbana e infraestrutura sustentável: A situação no Brasil e em Portugal. **Rev. Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v.5, n.30, p. 13-28, 2017.

MATTOS, Claudemar; MENDONÇA, Marcio M. de; MASELLI, Morgana; DUPRÁ, Renata L. S. N.. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.34, p. 07-17, dez. 2015.

MONTEIRO, Ana Victoria V. M. **Agricultura urbana e periurbana: questões e perspectivas**. 2002. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=52>> Acesso em: 03 fev. 2018.

MOREIRA, Crispim. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. In: HISSA, Carlos Eduardo V. (Org.). **Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 243-258.

MOUGEOT, Luc J.A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, v.1,n.1, p. 01-08, jul. 2000.

NUGENT, R.; EGAL, F. **Agricultura Urbana e Periurbana Segurança Alimentar e Nutrição**. Texto inicial para discussão na conferência eletrônica FAO-ETC/RUAF "Agricultura Urbana e Periurbana na Agenda Política" promovida pela FAO, ETC, RUAF, 2000.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **Alimento para as cidades**. 2009. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-ak824o.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **Criar cidades mais verdes**. 2012. Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/015/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **Ciudades más verdes en América Latina y el Caribe: Un informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región**. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/GGCLAC/Ciudades-mas-verdes-America-Latina-Caribe.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). **Cuestiones de la agricultura urbana**. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>> . Acesso em: 10 jun. 2018.

PINHEIRO, Maristela C.; FERRARETO, Luciane C. **Política Nacional de Agricultura Urbana: Estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar**. 2011. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/textos/artigo%20fome%20zero%20Maristela%20Luciane.doc>> Acesso em: 28 out. 2017.

PIRAPOZINHO. Lei nº 3.093/03, de 03 de julho de 2003. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2004 e dá outras providências. Disponível em: < http://www.camarapirapozinho.sp.gov.br/legislacao/leisordinarias/2003/mw/lei_3_093_03.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PIRAPOZINHO. Lei nº 3.164/04, de 22 de junho de 2004. Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do município de Pirapozinho. Disponível em: <http://www.camarapirapozinho.sp.gov.br/legislacao/leisordinarias/2004/lei_3_164_04.html> . Acesso em: 17 mai. 2018.

PIRAPOZINHO. Lei nº 3.673/10, de 29 de março de 2010. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana no município de Pirapozinho e define suas diretrizes. Disponível em: <http://www.camarapirapozinho.sp.gov.br/legislacao/leisordinarias/2010/lei_3_673_10.html> Acesso em: 17 mai. 2018.

PIRES, Vicente C.. Agricultura urbana como fator de desenvolvimento sustentável: Um estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27. n.2, p.69-84, dez 2016.

PORTAL INDEPENDENTE. Prefeitura de Pirapozinho realiza cursos de artesanato em couro, orquídea e horta orgânica em parceria com SENAR, FETAESP e Sindicato Rural. 2013. Disponível em: <<http://www.portalindependente.com.br/noticia/conteudo/4318/noticia.htm>> . Acesso em: 31 jul. 2018.

PORTAL INDEPENDENTE. Horta comunitária será implantada na ESF V de Pirapozinho. 2014. Disponível em: <<http://www.portalindependente.com.br/noticia/conteudo/6024/noticia.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Fertilizantes**. [20-]. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/fertilizantes>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

RIBEIRO, Silvana M.; AZEVEDO, Elaine de.; FOCESI PELICIONI, Maria C.; BÓGUS, Cláudia M.; TEIXEIRA BICUDO PEREIRA, Isabel M. Agricultura urbana agroecológica – estratégia de promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n.3, p.381-388, jul. /set. 2012.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SANTOS, Diego Henrique. Agricultura urbana e segurança alimentar. **Saber acadêmico**, Presidente Prudente, n. 11, p. 172-182, jun. 2011.

SÃO PAULO. **Município Verde Azul- O programa**. 2007. Disponível em: <<http://verdeazuldigital.sp.gov.br/site/o-projeto/>> . Acesso em: 31 jul. 2018.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

VINHOLI, Ana C. **Agricultura urbana**: um estudo de caso em Itajaí/SC. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VINHOLI, Ana C.; MARTINS, Pedro. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 66-79, jan/jun, 2012.

APÊNDICES

A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO RESPONSÁVEL PELA CASA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP

- Data:

- Nome:

- Função que desempenha no órgão:

- 1- Este órgão tem conhecimento das práticas agrícolas desenvolvidas dentro do perímetro urbano? Se sim, liste algumas delas.
- 2- Os praticantes de agricultura urbana vêm buscar ajuda no órgão? Se sim, de que tipo?
- 3- Qual é o tipo de assistência técnica prestada para estes praticantes?
- 4- A assistência prestada aos praticantes de agricultura urbana é a mesma prestada aos agricultores rurais? Quais são as principais diferenças? Quais são as principais demandas destes dois tipos de produtores?
- 5- Há alguma regulamentação por parte da Prefeitura Municipal para este tipo de atividade? (Principalmente, no caso daqueles que comercializam os produtos cultivados)
- 6- Há uma dimensão da contribuição destas atividades agrícolas urbanas para a economia do município?
- 7- Você sabe se o governo do Estado de SP tem alguma política pública direcionada aos agricultores urbanos? Se sim, qual? Como funciona?

B- ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO RESPONSÁVEL PELO SETOR DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPOZINHO/SP

- Data:

- Nome:

- Função que desempenha no órgão:

- 1- Este setor tem conhecimento das práticas agrícolas desenvolvidas dentro do perímetro urbano? Se sim, liste algumas delas.
- 2- Existem projetos de hortas comunitárias para idosos (no CCI e no Asilo), deficientes (nos CAPS, residências terapêuticas e APAE) e nas escolas (de Educação Infantil, Fundamental e Médio) do município? Se existem ou já existiram, tiveram continuidade? Como vocês avaliam?
- 3- São promovidas atividades pedagógicas de educação ambiental nas escolas do município? Se sim, quais são elas?
- 4- Quais são os tipos de cursos oferecidos pela Prefeitura Municipal que visam ao aprimoramento das práticas agrícolas por parte dos agricultores? Eles estimulam a população a produzirem seus próprios alimentos? De que forma?
- 5- No município, há uma preocupação com a segurança alimentar e com a qualidade dos alimentos ingeridos pela população local, no âmbito das ações da administração municipal?
- 6- Em sua opinião, a agricultura urbana apresenta aspectos positivos em relação ao uso do solo urbano? Se sim, quais? E da perspectiva ambiental?
- 7- Em sua opinião, qual é a importância da prática da agricultura urbana no que se refere à geração de emprego e à garantia de segurança alimentar da população do município?

C- ROTEIRO DE ENTREVISTAS DESTINADO AOS GERENTES DOS PRINCIPAIS MERCADOS DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP

- Data:

- Nome do gerente:

- Nome do estabelecimento:

- 1- Qual é a procedência (em relação ao município de origem ou canal de comercialização – CEASA, intermediários etc.) das verduras, legumes e hortaliças vendidas neste estabelecimento?
- 2- Vocês trabalham ou já trabalharam com produtos cultivados por agricultores que desempenham atividades agrícolas dentro do perímetro urbano? Se sim, como foi a experiência (destacar os aspectos positivos e negativos)?
- 3- Quais são as dificuldades encontradas para fazer comercialização com esses agricultores?
- 4- Na sua avaliação, o que poderia ser feito para que vocês comercializassem produtos cultivados no município?

D - ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO À NUTRICIONISTA RESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/ SP

Data:

Nome da (o) nutricionista:

Local da entrevista:

- 1- Qual é a procedência das verduras, legumes e frutas consumidas pelos estudantes do município? Vêm dos produtores do próprio município ou de outros municípios (quais municípios), do CEASA, etc.?
- 2- Vocês utilizam ou já utilizaram na merenda escolar os produtos cultivados por agricultores que desempenham atividades agrícolas dentro do perímetro urbano? Se sim, quais os produtos fornecidos por eles?
- 3- Com qual periodicidade eram feitas as entregas? Quais as vantagens e desvantagens desse fornecimento? Nesse ano (2018) eles continuam entregando produtos?
- 4- São promovidas atividades pedagógicas de educação alimentar e nutricional nas escolas do município? Se sim, quais são elas?
- 5- Você tem conhecimento sobre projetos de implantação de hortas dentro das escolas (de Educação Infantil, Fundamental, Médio e Especial) do município desenvolvidas pelos estudantes ou pelos próprios funcionários? Se sim, em quais delas? Os alimentos produzidos serviram como incremento na merenda escolar ou apenas como atividade de educação alimentar e nutricional? Os alunos e funcionários podem levar os alimentos produzidos para casa?
- 6- Quais as medidas tomadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes do município, no que se refere à alimentação oferecida nas escolas?
- 7- Em sua opinião, qual seria o papel da agricultura urbana na garantia da segurança alimentar e nutricional da população local?
- 8- A merenda escolar no município é elaborada por uma cozinha central (ou piloto) ou nas próprias escolas (de forma descentralizada)? Se for centralizada, como é feita a distribuição as escolas em relação às frutas, verduras e legumes? O número de funcionários que trabalham na cozinha central ou nas escolas é suficiente?
- 9- Há o consumo de produtos industrializados pelos alunos? Se sim, de qual tipo? Esses produtos são comercializados por estabelecimentos do próprio município?
- 10- Você tem conhecimento sobre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) em Pirapozinho? Se sim, qual é a situação atual do Conselho? Quem são seus representantes?

E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O VEREADOR AUTOR DA LEI QUE CRIOU O PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP.

Data:

Local da entrevista:

- 1- Quais foram as motivações que levaram a elaboração do projeto desta lei?
- 2- O Programa foi de fato implementado no município?
- 3- Quais foram as dificuldades encontradas para a sua implementação?
- 4- Foram elaborados estudos prévios sobre a agricultura urbana e periurbana praticada no município para a elaboração do projeto de lei? Se sim, quais foram seus principais resultados?
- 5- No que essa lei contribuiu/ avançou na discussão sobre a AUP no município?
- 6- Você tem conhecimento das práticas agrícolas desenvolvidas dentro do perímetro urbano? Se sim, liste algumas delas.
- 7- Você tem conhecimento sobre a lei que criou o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) em Pirapozinho? Se sim, ele foi efetivamente implementado? Qual é a situação atual do Conselho? Quem são seus representantes?
- 8- Em sua opinião, qual é a importância da prática da agricultura urbana para a população do município?

F - ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS PRATICANTES DE AGRICULTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO/SP

Data:

Local:

Questões referentes ao perfil do praticante

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo: () masculino () feminino
4. Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () divorciado () outro:
5. Nível de escolaridade: () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo
6. Profissão:
7. Origem: () rural () urbana

Questões referentes à prática da agricultura urbana

8. Qual é o tipo de propriedade em que desenvolve as atividades?
() particular () pública () arrendada () cedida () apossada () outro:
9. Qual é a área da propriedade? (em m², hectares, etc.)
10. Quanto tempo o (a) senhor (a) pratica estas atividades agrícolas na cidade?
11. Quais as motivações que a/o levaram a se interessar pelo cultivo de alimentos na cidade?
() agregação na renda familiar () saúde () lazer () terapia ocupacional () outros:
12. Quais são os tipos de alimentos produzidos?
() hortaliças () leguminosas () frutas () ervas medicinais () outros:
13. Quais técnicas (no que se refere ao plantio, o período, o tratamento dos produtos, etc.) são utilizadas no cultivo? Como você aprendeu essas técnicas? Ou com quem aprendeu essas técnicas?
14. Onde são adquiridas as mudas e sementes utilizadas no cultivo?
15. Quantas pessoas, da família ou não, participam das diferentes etapas da produção? (Se duas ou mais, qual é o papel que estas desempenham?)
16. Qual é o volume da produção (por pé, quilos ou outra unidade de medida) por mês na propriedade?

17. Qual é a destinação principal do que é produzido? Você comercializa ou utiliza para consumo próprio os produtos cultivados? Ou as duas finalidades (consumo próprio e comercialização)? Nesse último caso, em qual proporção se destina ao consumo próprio e à comercialização? (pode ser em termos de %)
18. Em caso de comercialização, onde esses produtos são comercializados?
() na própria horta () feiras livres () porta a porta () mercados () outros:
19. Quais são as principais dificuldades encontradas na comercialização desses produtos?
20. Qual é a faixa de preço dos produtos comercializados?
21. Qual é a renda mensal obtida na comercialização desses produtos e para quê é utilizada (complementação da renda, única fonte de renda, etc.)?
22. Qual é o perfil da população que adquire esses produtos? (Classe social, profissão, etc.)
23. Além do cultivo de alimentos, você também cria animais na propriedade (cavalos, galinhas, gado, etc.) ? Para qual finalidade (consumo próprio, comercialização ou para as duas finalidades) ? (neste caso em que proporção em termos de %?)
24. Qual é o tipo de insumo que você utiliza para o controle das pragas e qual o tipo de adubo utilizado (orgânico ou químico) na atividade?
25. Você conhece e/ou utiliza fontes orgânicas de controle de pragas e adubação? (resíduos orgânicos, adubação verde, estrume animal, etc.)
26. Quais são as medidas tomadas para a garantia da segurança da população que está ingerindo os alimentos produzidos por vocês no que se refere à higienização dos produtos?
27. Você recebe algum tipo de assistência técnica na produção (por agrônomo ou veterinário, por exemplo)? Se sim, qual? Essa assistência é privada ou pública?
28. Você participa de alguma associação, cooperativa ou sindicato? Se sim, qual?
29. A atividade é regularizada por alguma lei, certificada ou é espontânea/informal?
30. Você recebe algum tipo de ajuda (subsídio) do governo federal, estadual ou municipal para desenvolver esta prática? Se sim, qual?
31. Em caso negativo da questão acima, no que necessitaria de auxílio do poder público e quais as implicações da ausência deste subsídio?
32. Você já tinha conhecimento das nomenclaturas ‘agricultura urbana’ e ‘agricultor urbano’?
33. Na sua opinião, qual é a importância da produção de alimentos nas cidades no que se refere à alimentação das famílias que a praticam e daqueles que consomem esses produtos? (em termos de facilidade de acesso aos alimentos, de qualidade destes, etc.)

G- ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE TERAPÊUTICA PARA DEPENDENTES QUÍMICOS DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO (SP) QUE DESENVOLVE ATIVIDADES DE AGRICULTURA URBANA

Data:

Nome:

Função que desempenha na entidade:

1. Qual é o principal objetivo da entidade?
2. Quando a entidade foi criada? (Breve histórico do Lar)
3. Qual é o sexo e a faixa etária dos assistidos pelo lar?
4. Quando começou o cultivo de alimentos na entidade?
5. De onde ou de quem veio a ideia da implantação de uma horta na entidade?
6. Quais são os tipos de produtos cultivados na entidade (hortaliças, leguminosas, frutas, etc.)?
7. Qual é a procedência das mudas e sementes utilizadas no cultivo?
8. Como se dá o controle das pragas e a adubação no cultivo?
9. Vocês utilizam formas orgânicas de controle de pragas e de adubação como o uso de resíduos orgânicos, da adubação verde, de estrume animal, etc.?
10. Como se dá a divisão de tarefas no cultivo entre os internos? Os funcionários também participam dos cultivos?
11. Como esta atividade tem contribuído na:
 - recuperação dos dependentes químicos?
 - geração de renda para o lar?
 - alimentação dos internos?
12. Qual é o volume mensal da produção na entidade?
13. Vocês fazem a comercialização da produção excedente? Se sim, como ela ocorre (na própria entidade, porta a porta, em feiras livres, mercados, etc.) e qual o preço dos produtos?
14. Qual é o perfil daqueles que adquirem esses produtos? (Classe social, profissão, etc.)
15. Quais são as medidas tomadas para a garantia da segurança da população que está ingerindo os alimentos produzidos por vocês no que se refere à higienização dos produtos?
16. Na sua opinião, qual é a importância da prática da agricultura urbana como elemento terapêutico para a população do município e para os atendidos pela instituição?

H- ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS RESPONSÁVEIS PELAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO (SP) QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES DE AGRICULTURA URBANA

Data:

Local:

Nome:

Função que desempenha na unidade escolar:

- 1- De onde ou quem surgiu a ideia do desenvolvimento de práticas agrícolas dentro da escola? Ou se trata de uma política (ou programa) pública? De qual esfera (municipal, estadual ou federal? Qual é o objetivo dessa ação pública? Há recursos públicos, assistência técnica ou curso de formação para o desenvolvimento da horta?)
- 2- O que vocês cultivam? (Hortaliças, legumes, frutas, temperos, etc.)
- 3- Qual é a finalidade dos produtos cultivados na escola? (Incremento da merenda escolar, distribuição aos estudantes, trabalho pedagógico etc.)
- 4- Quem participa das etapas do cultivo? Os funcionários, os estudantes e/ou os docentes?
- 5- Essa prática já fez ou faz parte de projetos de educação alimentar e nutricional? Se sim, como ocorreram e quais os objetivos destas ações com os estudantes?
- 6- Quais são as dificuldades encontradas para a continuidade ou para a execução desses projetos?
- 7- Na sua opinião, qual é a importância da produção de alimentos dentro da unidade escolar?

ANEXOS

1-

-: LEI N°. 3.673/10 :-**Autor: Ver. Jurandir Aparecido de Lima (PT)****DISPÕE SOBRE: CRIA O PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO E DEFINE SUAS DIRETRIZES.**

MARCOS ANTONIO BRAMBILLA, Prefeito Municipal de Pirapozinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por leis em vigor; Faz saber que a Câmara Municipal de Pirapozinho aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana no Município de Pirapozinho.

§ 1º - Entende-se por agricultura urbana toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do Município.

§ 2º - A implementação do programa se dará em áreas públicas e privadas do Município.

Artigo 2º - O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana têm por objetivo:

- I – combater a fome;
- II – incentivar a geração de emprego e renda;
- III – promover a inclusão social;

IV – incentivar a agricultura familiar;

V – incentivar a produção para o autoconsumo;

VI – incentivar o associativismo;

VII – incentivar a venda direta do produtor;

VIII – reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda.

Artigo 3º - O Executivo efetuará o levantamento das áreas públicas apropriadas para a implantação do programa.

Artigo 4º - O Executivo cadastrará as áreas privadas compatíveis para a implementação do programa, com prévia concordância dos proprietários.

Artigo 5º - O Executivo criará um sistema de banco de dados dos terrenos públicos e particulares apropriados para a implementação do programa, disponibilizando as informações aos interessados, inclusive pela internet.

Artigo 6º - O Executivo está autorizado a firmar convênios com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública para a implementação do programa.

§ 1º - O Executivo regulamentará os critérios para o cadastramento das entidades referidas no caput deste artigo.

§ - 2º - Serão priorizadas as entidades que apresentarem maior tempo comprovado de trabalho em ações comunitárias e sociais, desde que preencham os demais critérios exigidos em regulamentação pelo Executivo.

Artigo 7º - O programa oferecerá aos seus participantes:

I – a garantia de assistência técnica e pesquisa pública direcionadas ao bom desempenho do programa;

II – incentivo para a consolidação de formas solidárias de produção e comercialização dos produtos;

III – o incentivo para a formação de cooperativas de produção e de comercialização dos produtos;

IV – formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos;

V – a criação de centrais de compra e distribuição dos produtos;

VI – a aproximação de produtores e consumidores de uma mesma região;

VII – a compra de produtos do programa para abastecimento das escolas municipais, creches, asilos, restaurantes populares, hospitais e entidades assistenciais.

Artigo 8º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM – Pirapozinho, 29 de março de 2010.

**MARCOS ANTONIO BRAMBILLA
PREFEITO**

2-

:- LEI Nº. 3.164/04 :-**Autor: Vereadora Regina Célia Ramos.****DISPÕE SOBRE: CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA DO
MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO.**

SÉRGIO PINAFFL, Prefeito Municipal de Pirapozinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por leis em vigor; Faz saber que a Câmara Municipal de Pirapozinho aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA**, com caráter consultivo, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área de segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Municipal de segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** estabelecer diálogo permanente entre o governo municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a prefeitura do município de Pirapozinho na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** do Município de Pirapozinho propor e pronunciar-se sobre:

- I. As diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo governo;
- II. Os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do município de Pirapozinho;
- III. As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;
- IV. A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

V. A organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único - Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- **COMSEA** do Município de Pirapozinho estabelecer relações de cooperação com conselho municipal de segurança alimentar e nutricional de município da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – **COMSEA**.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- **COMSEA** do município de Pirapozinho será composto por no mínimo 12(doze)conselheiros(as), sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do governo municipal, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º - Caberá ao governo municipal definir seus representantes incluindo as secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar.

§ 2º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida através de consulta pública, entre outros, aos seguintes setores:

- I. Movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;
- II. Associação de classes profissionais e empresariais;
- III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé existentes no município;
- IV. Movimentos populares organizados, associações comunitárias e organizações não governamentais.

§ 3º - As instituições representadas no **COMSEA** devem ter efetiva atuação no município, especialmente as que trabalham com alimentos, nutrição, educação e organização popular.

§ 4º - O **COMSEA** será instituído através de portaria municipal contendo a indicação dos(as) conselheiros(as) governamentais e não-governamentais com seus respectivos suplentes.

§ 5º - Os(as) conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do **COMSEA** e suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no **COMSEA** será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º - A ausência às reuniões plenárias devem ser justificadas em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à sessão, se imprevisível a falta.

§ 8º - O **COMSEA** será presidido por um(a) conselheiro(a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do conselho.

§ 9º - Na ausência do presidente será escolhido pelo plenário presente, um(a) representante da sociedade civil para presidir a reunião.

§ 10º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do **COMSEA**, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representam a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

§ 11º - O **COMSEA** terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um(a) representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

§ 12º - A participação dos(as) conselheiros do **COMSEA** não será remunerada.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** do município de Pirapozinho contará com câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas.

§ 1º - As Câmaras temáticas serão compostos por conselheiros(as) designados(as) pelo plenário do **COMSEA**, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.

§ 2º - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do **COMSEA**, as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicas afeitos aos temas nelas em estudo.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** do município de Pirapozinho poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário para estudar e propor medidas específicas.

Art. 7º - Cabe ao governo municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** do município de Pirapozinho, assim como a suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal.

Art. 8º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** do município de Pirapozinho reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 9º - VETADO.

Art. 10º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – **COMSEA** do Município de Pirapozinho elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PM – Pirapozinho, 22 de junho de 2.004.

**SÉRGIO PINAFFI
PREFEITO**

3-



Prefeitura Municipal de Pirapozinho
Divisão Municipal de Educação
E.M.E.I. “Idário Marafon”
Rua: José Candido da Silva nº 01– Fone: (18) 3269-2443
Conj. Habitacional Dalva Cristovam de Almeida - Pirapozinho S.P.
CEP.: 19200-000



PROJETO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Justificativa

A escola é um espaço privilegiado para a promoção da saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles o da alimentação.

Se perguntássemos as nossas crianças que alimentos elas mais preferem, as respostas mais comuns seriam: cachorro quente, batata frita, salgadinho, brigadeiro, refrigerantes etc.... Percebemos que cada vez menos os pais delegam tempo para pensar numa alimentação de qualidade para seus filhos. Esta falta de tempo resulta muitas vezes, em uma alimentação inadequada, fazendo com que a obesidade torne-se uma das doenças mais preocupantes em todo o mundo, principalmente no que tange à obesidade infantil.

Objetivo geral

Promover o consumo de alimentos saudáveis e a consciência de sua contribuição para a promoção da saúde de uma forma atraente, lúdica e educativa.

Objetivos específicos

- Pesquisar e registrar sobre a alimentação da família;
- Valorizar o momento reservado à alimentação;
- Incentivar bons hábitos alimentares;
- Identificar as preferências alimentares dos alunos;
- Conscientizar os alunos sobre a importância e os motivos pelos quais alimentamos;
- Reconhecer os alimentos que faz bem a nossa saúde;
- Identificar cores, textura e os diferentes sabores dos alimentos;

- Estimular o raciocínio lógico matemático, seriação, classificação, quantidade, a partir dos alimentos e das receitas realizadas na sala de aula.

Conteúdos

- Meio Ambiente (produção de alimentos);
- Vegetais;
- Frutas;
- Legumes;
- Verduras;
- Alimentos saudáveis;
- Nutrição e desnutrição;
- Análise de figuras;
- Visão, olfato e paladar;
- Texturas;
- Seriação;
- Estrutura de classe; classificação segundo um atributo;
- Semelhança/diferença;
- Contagem oral;

Metodologia

- Rodas de conversas;
- Questionário aos pais;
- Análise de figuras;
- Percepção visual, gustativa e olfativa;
- Identificação de texturas;
- Histórias;
- Observação e manuseio de materiais impressos;
- Poesias;
- Músicas;
- Modelagem;
- Pintura;
- Colagem;
- Grafismo;

- Receitas;
- Jogos de memória;
- Dvd's;
- Confeção de aventais;
- Conversa e registro sobre a alimentação preferida das crianças;
- Identificação de frutas, verduras e legumes através do olfato, tato e paladar.
- Trabalhar com recortes de frutas, verduras e legumes e a partir daí montar uma cesta que represente uma alimentação saudável;
- Apresentação e dramatização com fantoches;
- Visita a uma horta ou quitanda;
- Manejo da horta escolar;
- Preparar e degustar receitas saudáveis feitas pelas crianças.

Culminância

- Confeção de livros de receitas;
- Organização de uma mesa com alimentos saudáveis;
- Apresentação final do projeto.

Avaliação

A avaliação ocorrerá de forma contínua, observando a participação e interesse dos alunos durante o desenvolvimento das atividades. Também será observado a mudança de hábito alimentar da criança.